

Acta n.º 6/2014

MUNICÍPIO DA MURTOSA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

-----Aos **vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze**, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Município, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, teve início a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência de António Maria dos Santos Sousa, secretariado pelos vogais José Alcides Ramos Pereira, Primeiro Secretário, e José Manuel Andrade Simões, Segundo Secretário. -----

-----Feita a chamada, verificaram-se as presenças, para além dos membros que compõem a Mesa, dos vogais, Elisabete Figueiredo Soares, Augusto Carlos dos Santos Leite, Octávio Manuel da Costa Madaleno, Cristiana Margarida dos Santos Carinha, José Manuel Miranda da Cunha, Manuel da Silva Sebolão, João Miguel Tavares Garrido, Fátima de Jesus da Silva Arêde, Paulo Miguel Rebimbas Horta Carinha, Angelina da Ascensão Rodrigues da Silva Figueiredo, António Maria Salgado Vieira, Joaquim Maria Tavares de Sousa, Inês Tavares Rodrigues, Diamantino Moreira de Matos, Bernardo José Pereira da Silva, Jacinto Caravela Brandão, Mariana Gomes Branco de Matos Resende Lopes, Hugo Rafael da Silva Figueiredo, Isabel Maria Vilar da Silva Lopes, João Manuel da Cunha Miranda, José dos Santos Ribeiro de Moraes e Lucinda Matos Leite Barbosa.-----

-----Verificaram-se, ainda, as presenças do Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Manuel dos Santos Baptista, do Vice-Presidente Januário Vieira da Cunha e dos Vereadores, Daniel Henriques de Bastos, Arminda Maria Tavares Fernandes, António Jorge Feio Bacelar Vilar, Francisco Augusto Valente Pereira e Maria Emília Moraes Carrabau.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Após saudação aos presentes, o Presidente da Mesa deu início aos trabalhos, pondo à apreciação a proposta de ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 29 de setembro de 2014.-----

-----Dada a palavra aos vogais da Assembleia, não houve inscrições.-----

----- O Presidente da Mesa colocou à votação a proposta de ata em análise, tendo sido a mesma aprovada por maioria com 21 (vinte e um votos) a favor, dos vogais das bancadas do PSD 17 (dezassete) votos, 3 (três) votos dos vogais da bancada do PS e 1 (um) da bancada do CDS-PP, e 2 (duas) abstenções da bancada do PS (Diamantino Matos e José Cunha).-----

----- O vogal José Cunha pediu a palavra para fazer Declaração de Voto, esclarecendo que se absteve por não ter estado presente na referida reunião.-----

----- Nesta altura tomou o seu lugar a vogal Lucinda Barbosa.-----

----- De seguida o Presidente da Mesa colocou à apreciação a proposta de ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 10 de outubro de 2014.-----

-----Nesta altura tomou o seu lugar o vogal Manuel Sebolão.-----

----- Dada a palavra aos vogais da Assembleia, inscreveu-se o vogal Augusto Leite, referindo que em relação ao ponto seis da Ordem de Trabalhos a ata não descreve a apresentação feita pelo Dr. Carlos Afonso e também não refere o seu pedido da cópia daquela intervenção.-----

-----Assim, o vogal referiu que se deve acrescentar à ata a intervenção escrita do Dr. Carlos Afonso e também deverá ser referida a sua discordância sobre a condução dos trabalhos.-----

----- A Mesa colocou à votação a proposta do vogal Augusto Leite, tendo sido esta rejeitada com 17 votos (dezassete) contra, de vogais da bancada do PSD, 6 votos (seis) a favor das bancadas do PS e CDS-PP e 2 (duas) abstenções de vogais do PSD (José Simões e João Garrido).-----

----- O Presidente da Mesa colocou à votação a proposta de ata em análise, tendo sido a mesma aprovada por maioria com 19 (dezanove) votos a favor, dos vogais das bancadas do PSD, e 5 (cinco) votos contra dos vogais da bancada do PS e 1 (uma) abstenções do vogal Paulo Horta Carinha, da bancada do CDS.-----

----- O vogal Augusto Leite pediu a palavra para fazer uma declaração de voto, esclarecendo que votou contra a aprovação desta ata, porque o ponto 6 da Ordem de Trabalhos, da forma como se encontra redigida, não transmite, nem resumidamente, a apresentação efetuada pela Câmara Municipal e também não revela o posicionamento do conflito de interesses, que julga existir, pela

condução dos trabalhos feita pelo Presidente da Assembleia Municipal, quando também era alvo do inquérito da inspeção da IGF.-----

----- O Presidente da Mesa deu conhecimento de que não havia correspondência recebida desde a última Assembleia.-----

----- Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia, ao abrigo do disposto no art.º 29.º, n.º 1, alínea c), do Regimento, abriu o período de inscrições para o efeito, não se tendo registado qualquer inscrição.-----

----- No seguimento do período Antes da Ordem do Dia, inscreveram-se para intervir os seguintes Vogais: Paulo Horta Carinha, da bancada do CDS-PP, José Simões e Fátima Arêde, da Bancada do PSD e Augusto Leite, da bancada do PS.-----

----- A vogal Fátima Arêde realçou três acontecimentos que se passaram na Murtosa que demonstraram a importância que a história e a memória coletiva assumem no seio da Comunidade Murtoseira, comunidade esta que sente e valoriza o seu passado. Ver documento anexo (doc. 1).--

-----O vogal *Augusto Leite*, referindo-se à deliberação de Câmara tomada há dias sobre um pedido de parecer prévio relacionado com a adjudicação da criação da marca institucional da Murtosa à empresa Artifex Design, disse achar um grande abuso, por parte da maioria do Executivo Camarário, uma vez que o trabalho já estava feito e publicado no site da Câmara Municipal. Continuou afirmando que acha muito grave que a intervenção feita a este respeito, pelo Vereador da oposição, não venha nos anexos à ata da Câmara.-----

----- O vogal *José Simões* falou sobre o Centro de Treino de Natação Sincronizada da Murtosa, o primeiro em todo o País, resultando de uma parceria entre a Federação Portuguesa de Natação, Câmara Municipal da Murtosa e Associação de Natação de Aveiro e que tem como objetivo acolher a Seleção Nacional de Natação Sincronizada que tem o sonho de levar uma representação Portuguesa desta modalidade aos Jogos Olímpicos de 2016, que se realizarão no Brasil. Ver documento anexo (doc. 2).-----

----- O vogal *Paulo Horta Carinha* questionou o Presidente da Câmara sobre o encerramento da Colónia de Férias da Torreira, bem como perguntou o que a Câmara Municipal pensava fazer quanto a esse assunto, e sobre o Processo de Municipalização da Educação no Município da Murtosa e qual a sua posição em relação ao mesmo. Ver documento anexo (doc.3).-----

----- Continuou a sua intervenção propondo a constituição de uma comissão eventual de estudo do valor histórico, cultural e até turístico do antigo hangar dos hidroaviões, situado na praia do

Monte Branco e a abertura do processo de classificação deste imóvel como de interesse Municipal. Ver documento anexo (doc. 4).-----

----- O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara, que começou por dizer que subscreve as palavras da vogal Fátima Arêde. Disse que, de facto, foram três registos relevantes na linha daquilo que têm sido as preocupações da Autarquia em cultivar a memória e não esquecer aqueles que no passado justificaram a razão da nossa existência.-----

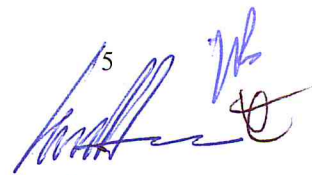
----- Em resposta ao vogal Augusto Leite, referiu que se está a falar de um pedido de parecer prévio que é exigido pela Lei relativamente às prestações de serviços. Continuou dizendo que a Câmara Municipal lançou à empresa Artifex o desafio de fazer um estudo e apresentar uma proposta para a marca institucional da Murtosa, pelo que aquilo que foi partilhado fortemente no Facebook foi um primeiro esboço no sentido de receber naturais contributos, não vendo aqui qualquer ilegalidade neste procedimento, tanto mais que o processo encontra-se ainda em desenvolvimento, estando a empresa a estudar as várias formas de como se vai trabalhar a imagem e como vai ser usada em termos de comunicação. -----

----- Concluiu afirmando que a declaração do Vereador da oposição se encontra no site da Câmara Municipal, nos anexos à ata, não havendo nenhuma supressão da participação de nenhum dos vereadores.-----

----- Quanto à intervenção do vogal José Simões, referiu que o Centro de Treino de Natação Sincronizada foi uma oportunidade que surgiu da boa relação existente com a Associação de Natação de Aveiro, tendo em consideração a boa qualidade das nossas Piscinas para a prática deste tipo de modalidade. Continuou, dizendo que Portugal nunca teve uma equipa de natação sincronizada a participar em Jogos Olímpicos, mas dada a qualidade das atletas nesta modalidade, a Federação Portuguesa de Natação e o Instituto do Desporto decidiram apostar nesta modalidade, tendo a Câmara Municipal aceitado o desafio de acolher este projeto, porque se deve aproveitar as especificidades de um Equipamento que temos, criando atratividade ao Território e dando visibilidade ao Município. -----

----- Afirmou, ainda, que se pretende assumir a Murtosa, que não tem tradição nessa modalidade, como um berço no desenvolvimento da modalidade em termos Regionais, até porque o número de praticantes desta modalidade está a aumentar com grande significado.-----

----- Relativamente à intervenção do vogal Paulo Horta Carinha, afirmou que há três anos não se equacionava o encerramento da Colónia de Férias da Torreira ou o seu abandono por parte da

5


Fundação, até porque, nas reuniões que foi tendo com a Instituição, sempre lhe foi apresentada uma perspetiva de continuidade. A Colónia de Férias da Torreira encerrou, porque o Governo aprovou um Decreto Regulamentar que cessou os apoios financeiros às Colónias de Férias existentes no País.-----

----- Concluiu, afirmando que a Câmara Municipal, tudo está a fazer para que este Equipamento não fique ao abandono, estando a fazer diligências para encontrar respostas para o mesmo, com o objetivo de restituir dinâmicas económicas e gerar emprego.-----

----- Quanto à Municipalização da Educação não há secretismos. O Estado Português celebrou Protocolos com 8 Municípios, que se disponibilizaram para serem Municípios Piloto, sendo certo que este modelo não vai para além daquilo que ocorreu há uns anos atrás e que consistiu na tentativa de transferir para as autarquias os Assistentes Operacionais. Continuou, dizendo que não se trata dos Municípios passarem a ter a capacidade de intervenção na gestão de professores, nos projetos educativos ou até nos currículos, pois nada disso se encontra em negociação. Nesta fase do projeto apenas está em cima da mesa a manutenção dos edifícios do 2.º e 3.º ciclo e, de alguma forma, a uniformização da entidade patronal dos Assistentes Operacionais, na medida em que as Escolas têm, neste momento, funcionários da Câmara e do Ministério da Educação. -----

----- Terminou, dizendo que a Murtosa não aceitou ser "Município Piloto", porque em conversa com as Escolas não se viu qual o benefício que se pudesse ter daí para a qualificação do ensino no nosso Concelho.-----

----- Quanto ao Hangar do Monte Branco, afirmou já ter falado sobre o assunto com o Dr. Sousa Uva e com os Comandantes da Base Aérea de S. Jacinto e da Unidade Operacional de Maceda. Na verdade, para se conferir àquele espaço carácter museológico, tal só será exequível se resultar de uma parceria com estas duas Unidades. Acrescentou dizendo que se tem de dar algum destino àquele espaço, pois tem-se vindo a qualificar significativamente aquela praia o que implica que aquele edifício tenha de ser um elemento diferenciador ou, então, estará ali a mais na paisagem global daquele espaço-----

----- Concluiu, dizendo que se houver abertura por parte do Ministério da Defesa e da Força Aérea, para assumir aquele espaço e participar na sua qualificação, contribuindo com conteúdos, associando-o à dinâmica que está a ser construída nas bases de S. Jacinto e Maceda, que são referências para a aviação em Portugal, é viável a sua reabilitação e funcionamento.-----

----- A Mesa da Assembleia aceitou a proposta do vogal Paulo Horta Carinha, relativa à constituição de uma comissão eventual de estudo acerca do valor histórico, cultural e turístico do Hangar de Hidroaviões do Monte Branco, tendo interrompido os trabalhos por um período de cinco minutos, para que os membros da Assembleia Municipal tivessem a possibilidade de conferenciarem entre si acerca da forma de constituição dessa comissão.-----

-----No reatamento dos trabalhos, a vogal Cristiana Carinha pediu a palavra para, ao abrigo do disposto no art.º 78.º, n.º 2, do Estatuto da Ordem dos Advogados, ser deferido o seu pedido e do vogal Hugo Figueiredo para não participarem na votação da proposta de constituição da comissão, referida, uma vez que, profissionalmente, estão ligados aos interesses dos donos do Hangar, em causa.-----

----- Na sequência, o Presidente da Mesa solicitou aos vogais Cristiana Carinha e Hugo Figueiredo que se ausentassem da sala.-----

----- Posta à votação a proposta de "Constituição de Comissão Eventual de Estudo acerca do Hangar da Torreira e seu papel na História da Aviação Naval", a mesma foi aprovada por unanimidade, tendo-se sugerido que, na próxima Assembleia Municipal, fossem apresentadas propostas quanto à forma concreta de a constituir.-----

----- Terminada a votação anterior, os vogais Cristiana Carinha e Hugo Figueiredo retomaram os seus lugares na Assembleia.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º e n.º 4, do art.º 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:**-----

-----Passando-se ao primeiro ponto da Ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, que prestou as informações constantes do documento anexo (Doc. 5).-----

-----Abertas as inscrições, para a formulação de pedidos de esclarecimento acerca da mesma, registou-se a inscrição dos vogais Hugo Figueiredo e Angelina Figueiredo.-----

----- O vogal Hugo Figueiredo pediu que fosse esclarecido acerca da exata localização da Casa do Pescador e futuras valências deste Equipamento. -----

----- A vogal Angelina Figueiredo colocou algumas questões relativas ao novo Equipamento Comur - Museu Municipal e à obra de construção do Porto de Abrigo da Torreira, nomeadamente quanto à edificação, ou não, do molhe a norte.-----

----- Em resposta ao vogal Hugo Figueiredo, o Presidente da Câmara referiu que se trata do edifício do antigo Jardim de Infância, localizado em frente à ASFITA, que se encontra devoluto e será transformado, de modo a tornar-se num Equipamento de serviços, essencialmente para a comunidade piscatória. Continuou, dizendo que este edifício albergará um auditório, uma sala polivalente vocacionada para a formação, espaços para as duas associações de apoio à pesca (a APARA e a Vianapesca), para que possam ter instalações próprias a fim de reforçar a sua presença mais permanente junto dos pescadores. Disse, ainda, que irá albergar também um Balcão do Cidadão, objeto do protocolo que se vai celebrar com a Secretaria de Estado da Modernização Administrativa.-----

----- Quanto à designação Comur – Museu Municipal, referiu que o objetivo não foi fazer daquele espaço um museu da indústria conserveira, como já existem alguns em Portugal, mas sim fazer um museu de identidade, porque a Comur tem uma ligação do ponto de vista económico e social ao Território, até porque nasceu de um saber que estava instalado no Concelho, a que foi dada dimensão comercial e empresarial.-----

----- Continuou, afirmando que é essa identidade e essa relação com a comunidade que se quer ali potenciar. -----

----- No que se refere ao Porto de Abrigo da Torreira, disse que a obra do molhe mais a norte vai fazer-se, de modo a proteger as embarcações dos ventos do norte mas, como se sabe, dado o limite orçamental para o investimento da Polis, não foi possível incluí-lo na empreitada em curso. Também referiu que as obras não podiam ser em simultâneo, pois as diligências que se têm efetuado com a Agência Portuguesa do Ambiente ainda não permitiram chegar a um acordo relativamente à fixação do local do molhe. Mais disse que a Câmara pretende lançar esta obra em finais do primeiro trimestre do próximo ano, para que seja conseqüente à obra da construção do Porto de Abrigo, que terminará em Abril/Maio.-----

----- **2. APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “GRANDES OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL, ORÇAMENTO PARA 2015 E ATUALIZAÇÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS” – DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 30/10/2014;** -----

----- Dada a palavra ao Presidente da Câmara, este referiu que o Plano e Orçamento que é apresentado é pragmático e absolutamente realista, resultando exclusivamente da inclusão da receita que se pode considerar, de acordo com o normativo legal atualmente em vigor, das despesas de funcionamento da Autarquia e dos valores que terão que transitar para o ano

relativamente às obras que estão em curso, chegando-se à conclusão que o Plano e Orçamento estavam concluídos, ou seja, os recursos financeiros da Autarquia foram absorvidos na íntegra por aquilo que são as nossas despesas de funcionamento e os compromissos já assumidos em termos de investimento.-----

----- O Plano e Orçamento virá a receber os investimentos que a Câmara quer concretizar, quando, em abril de 2015, se incorporar o saldo de gerência e quando for aprovada a candidatura a fundos comunitários, podendo-se, então, vir a encaixar uma receita extraordinária que vai permitir alavancar os investimentos do Município. Continuou, afirmando que o Plano e Orçamento apresentado é o possível tendo em conta as restrições orçamentais impostas, evidenciando também a fragilidade da Autarquia no que diz respeito à receita própria. O Plano e Orçamento demonstra também a vontade de se procurar, apesar dos constrangimentos, reforçar a componente de apoio à família e de reduzir as despesas correntes, apostando na diminuição do consumo de água e na eficiência energética, otimizando alguns recursos de forma a baixar-se essa despesa .-----

----- Concluiu, dizendo que se trata de um plano cuja intervenção política é quase nula, pois resulta de um trabalho técnico ou contabilístico, que evidenciou o equilíbrio natural que o Município tem.-----

----- Abertas as inscrições, para as intervenções acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, pediram a palavra os vogais José Alcides e Augusto Leite.-----

----- No uso da palavra, o vogal Augusto Leite referiu que este é o Plano e Orçamento político da maioria que se encontra no Executivo, não é técnico, porque não é um plano constituído por questões contabilísticas meramente técnicas. Disse que não trata o desenvolvimento industrial, não trata o problema das vacarias e o problema do tratamento dos efluentes. Pensa que deveria haver mais investimento nestas áreas, porque as pessoas estão com dificuldades de trabalho, pelo que se torna necessário olhar para o futuro da nossa gente de outra forma, para o futuro dos nossos jovens, criando condições para que se fixem na nossa Terra e que não vão para fora.-----

----- Disse respeitar a posição da Câmara em fazer cortes às despesas correntes e de aumentar as despesas de capital, mas continuou dizendo que é um Plano e Orçamento político da maioria, porque indicia o caminho que o Executivo quer tomar.-----

----- Concluiu a sua intervenção dizendo que teria sido simpático ter-lhe sido remetida a posição do vereador do PS tida na reunião de Câmara em que se discutiu este assunto.-----

9



----- O vogal José Alcides referiu-se ao Plano e Orçamento para 2015 apresentado pela Câmara Municipal como sendo revelador do rigor que tem caracterizado a gestão do Executivo Municipal, revelando o propósito firme de dar continuidade à estratégia de racionalização dos recursos disponíveis. Pragmático e real são as palavras que utilizou para melhor definir o Plano e Orçamento, pois perante a escassez de recursos disponíveis é apresentada uma visão criteriosa no planeamento da sua ação. Conforme documento anexo (doc. 6).-----

----- Quanto à intervenção do vogal Augusto Leite, o Presidente da Câmara referiu não existir dúvida alguma de que este é o plano do Executivo, comprometido com os Murtoseiros pelo sufrágio eleitoral de há um ano atrás. Referiu, ainda, que este é um caminho que não se faz num dia, acreditando que, seguindo-o, serão atingidos os objetivos como a criação de emprego, a regularização e a qualificação da atividade do sector primário. Acrescentou que a Câmara gostaria de ter recebido propostas concretas, em tempo útil, coisa que não tem acontecido, quando foi remetida, ao vereador do PS, a proposta de Plano e Orçamento, porque acredita que os contributos dos outros podem ajudar a qualificar a estratégia, e aí sim, estariam a marcar um caminho distinto.-----

----- O vogal Augusto Leite pediu a palavra, para reforçar a ideia da necessidade de se investir na Zona Industrial, quer para a indústria, quer para a agricultura e ainda na resolução do problema dos efluentes agropecuários. Continuou, dizendo que ao ver incluídos estes aspetos no Plano e Orçamento, acreditaria nas palavras do Presidente, mas isso não vai ser feito, nem no apoio social, nem no investimento ao arrendamento. Concluiu, dizendo que esse “é o vosso caminho, mas não é o nosso” e as sugestões do nosso estão apresentadas.-----

----- Dada a palavra ao Presidente da Câmara, este respondeu que tudo o que o vogal tinha acabado de referir é prioridade da Câmara, mas isso é trabalho do dia-a-dia e não precisa de estar referenciado no Plano, tem que estar na ação e quando for necessário fazer investimento, de acordo com essas prerrogativas, este aparecerá.-----

----- Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação a proposta apresentada pelo Executivo Camarário, tendo sido aprovada por maioria, com 19 (dezanove) votos favoráveis do PSD, 4 (quatro) votos contra do PS e 2 (duas) abstenções dos vogais José Cunha, do PS e do Paulo Horta Carinha, do CDS-PP.-----

----- Após a elaboração da ata em minuta, foi a mesma lida e colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com 20 (vinte) votos a favor da bancada do PSD e do vogal Diamantino

Matos do PS, 3 (três) votos contra dos vogais Augusto Leite, Hugo Figueiredo e Angelina Figueiredo do PS e 2 (duas) abstenções dos vogais José Cunha do PS e Paulo Horta Carinha do CDS-PP (Doc. 7).-----

-----3. APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS” – DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 06/11/2014;

----- Dada a palavra ao Presidente da Câmara, este explicou que a proposta da fixação dos impostos Municipais, nomeadamente o IMI, a participação no IRS e a possibilidade de participar no lucro tributável das empresas, vai no sentido de conferir um conjunto de equilíbrios. Disse que, no entanto, não se podia ser insensível ao contexto atual de dificuldades das famílias. Continuando, disse que se procurou conferir na política fiscal o princípio da equidade, propondo-se uma diminuição de 0,34% para 0,33% no IMI, materializando-se esta redução numa perda de receita que andarà à volta dos 60 mil euros. Relativamente à taxa do IRS, disse propor-se também uma redução de 5% para 4%, ou seja uma diminuição de 20% que representa uma perda de cerca de 60 mil euros. Já, no que se refere às Empresas, disse que se vai buscar algum contributo a estas propondo-se a fixação da derrama em 0,3% da sua matéria tributável, isentando-se desse imposto todas as que tenham volumes de negócios iguais ou inferiores a 150 mil euros. -----

-----Continuou, dizendo que a receita proveniente destes impostos representa a capacidade de investimento efetiva da Autarquia dado que, sem essa receita, o Município ficaria numa situação em que teria capacidade para funcionar mas não para investir. De facto, os cerca de 1,3 milhões de euros de IMI, mais cerca de 300 mil euros de IRS são a capacidade de intervir no Território. Afirmou que, com esta proposta, as famílias da Murtosa ficarão com cerca de 130 mil euros, distribuídos de acordo com aquilo que cada um anualmente contribui. -----

-----Disse ainda que, pretendendo conferir justiça contributiva no esforço fiscal global, se estava a desagravar as famílias e a fazer participar as Empresas, embora não se pretenda penaliza-las de forma a que se torne um contrassenso, pois quando falamos na criação de postos de trabalho e de fixar Empresas não podemos onera-las demasiado do ponto de vista da carga fiscal.-----

----- Terminou, dizendo que apresentou a fixação das taxas municipais de uma forma global, para evidenciar e acompanhar o esforço que as famílias fazem e a importância que as Empresas têm para o Município.-----

----- Abertas as inscrições para as intervenções acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, pediram a palavra os vogais Hugo Figueiredo e Augusto Leite.-----



----- O vogal Hugo Figueiredo, em nome do PS, usou da palavra para referir que, apreciada a deliberação camarária de 06.11.2014, não concordam com as taxas de IMI aprovadas, pois deveria desonerar-se a carga fiscal das famílias que todos os dias se preocupam em cumprir as suas obrigações. Quanto à majoração pretendida para os imóveis que deverão ser alvo de requalificação disse acharem um pouco exagerado o proposto, porque o património imobiliário do nosso Concelho é constituído por um número considerável de imóveis que se encontram devolutos durante 11 meses do ano. Quanto aos prédios em ruínas deverá o Executivo esforçar-se por uma eficaz fiscalização. Concluiu, propondo a fixação da taxa de IMI para 0,3%, conforme documento anexo (doc. 8).-----

----- Dada a palavra ao vogal Augusto Leite, este referiu que, no seguimento das palavras do vogal Hugo Figueiredo e do Presidente da Câmara, lhe tinha surgido uma dúvida, que gostaria de ver esclarecida, que é o facto de nunca sabermos qual a receita que vamos ter e todos os anos se dizer a mesma coisa. Por isso gostaria de saber se o valor recebido até agora, foi superior, ou não, àquele que se recebeu no ano passado.-----

----- Continuou, afirmando que a proposta do PS apresentada é realista e construtiva, sem perder receitas, porque também têm posições claras quanto às receitas para o Município. Quanto à derrama e ao IRS, disse que também têm as suas propostas e soluções e, referindo-se a todos os membros da Assembleia Municipal, disse que têm aqui uma oportunidade de pensar bem no assunto e aceitarem também as ideias dos outros.-----

----- Em resposta, o Presidente da Câmara disse que não estava à espera de outra proposta por parte do PS, que não fosse uma proposta de fixação do IMI no mínimo legal, pois isso é natural e normal. Só não conseguia perceber como seria possível fazê-lo, conforme diz o vogal, sem perder receitas. Continuou, dizendo que não temos o direito nem legitimidade para gerirmos sem pensar no futuro. Essa obrigação e legitimidade “foi-me conferida a mim e àqueles que estão nesta mesa para administrarmos os destinos da Murtosa durante quatro anos” e não os podemos hipotecar.----

----- O vogal Augusto Leite pediu a palavra para referir que, tendo o Município recebido mais 180 mil euros de IMI em 2014 do que no ano anterior, significa que o povo da nossa terra pagou mais, agravando as suas vidas, pelo que perguntou ao Presidente se para o ano prevê ter aumento de receita de IMI.-----

----- O Presidente da Câmara respondeu que não houve agravamento da carga fiscal o que aconteceu foi um aumento da receita devido a reavaliação patrimonial em que alguns munícipes

passaram a pagar menos e outros a pagar mais. Quanto à questão colocada pelo vogal, sobre se temos a expectativa de ter um aumento de IMI em 2015, referiu que o Estado disse que sim, para, por via disso, nos poder congelar receita. No entanto não temos nenhum indicador que permita estimar tal realidade. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi a proposta apresentada pelo Partido Socialista, relativamente ao IMI, colocada à votação, tendo sido rejeitada por maioria, com 19 (dezanove) votos contra do PSD, 5 (cinco) votos a favor do PS e 1 (uma) abstenção do vogal Paulo Horta Carinha, do CDS-PP.-----

----- Colocada a proposta do Executivo Camarário à votação foi a mesma aprovada por maioria, com 19 (dezanove) votos favoráveis do PSD, 5 (cinco) votos contra do PS e 1 (uma) abstenção do vogal Paulo Horta Carinha, do CDS-PP.-----

-----Após a elaboração da ata em minuta, foi a mesma lida e colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com 20 (vinte) votos a favor da bancada do PSD e do vogal Diamantino Matos, do PS, 4 (quatro) votos contra dos vogais Augusto Leite, José Cunha, Hugo Figueiredo e Angelina Figueiredo, do PS e 1 (uma) abstenção dos vogal Paulo Horta Carinha, do CDS-PP (Doc. 9).-----

----- O vogal Augusto *Leite* pediu a palavra para fazer declaração de voto, tendo esclarecido que votou contra esta proposta, porque ela parte de pressupostos falsos, isto é, parte do pressuposto que a receita do IMI vai descer 60 mil euros, o que considera que é falso, que é mais uma falsidade de argumentação em relação ao sacrifício dos Murtoseiros.-----

----- **4. APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2016” – DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 06/11/2014;** -----

----- Dada a palavra ao Presidente da Câmara, este prescindiu da mesma por já ter explanado este assunto no ponto anterior, da Ordem de Trabalhos.-----

----- Não havendo pedidos de intervenção, precedeu-se à votação da proposta tendo sido aprovada por maioria com 20 (vinte) votos a favor da bancada do PSD e da vogal Angelina Figueiredo, do PS, 2 (dois) votos contra dos vogais Augusto Leite e José Cunha, do PS e 3 (três) abstenção dos vogais Diamantino Matos, Hugo Figueiredo do PS e Paulo Horta Carinha, do CDS-PP.-----

-----Após a elaboração da ata em minuta, foi a mesma lida e colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com 22 (vinte e dois) votos a favor da bancada do PSD e dos vogais

13


Diamantino Matos, Hugo Figueiredo e Angelina Figueiredo, do PS, 2 (dois) votos contra dos vogais Augusto Leite e José Cunha, do PS e 1 (uma) abstenção do vogal Paulo Horta Carinha, do CDS-PP (Doc. 10).-----

-----**5. APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “FIXAÇÃO DA DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL” – DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 06/11/2014; -**

----- Dada a palavra ao Presidente da Câmara, este prescindiu da mesma por já ter explanado este assunto no ponto 3 da Ordem de Trabalhos.-----

----- Dada a palavra aos membros da Assembleia Municipal, inscreveu-se o vogal Hugo Figueiredo, que se referiu à taxa da derrama fixada nos valores máximos em Municípios vizinhos, tendo apontado como exemplo Aveiro.-----

----- O Presidente da Câmara respondeu, dizendo que o Município de Aveiro não teve outra alternativa, porque, fruto da candidatura ao FAM (Fundo de Apoio Municipal), tem que ter todas as taxas dos impostos municipais no máximo. Quanto aos restantes Municípios que evocou, disse que, efetivamente, têm esse poder discricionário. Referindo-se aos Municípios vizinhos, disse que Estarreja tem neste imposto uma receita superior a 1,7 milhões de euros, que Albergaria tem 1,5 milhões e que Águeda tem 2,45 milhões.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, precedeu-se à votação da proposta apresentada, tendo sido aprovada por maioria com 24 (vinte e quatro) votos a favor da bancada do PSD e da bancada do PS, e 1 (uma) abstenção da bancada do CDS-PP.-----

-----Após a elaboração da ata em minuta, foi a mesma lida e colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com 24 (vinte e quatro) votos a favor da bancada do PSD e da bancada do PS, e 1 (uma) abstenção da bancada do CDS-PP (Doc. 11).-----

----- **6. APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM” – DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 06/11/2014;**

----- Dada a palavra ao Presidente da Câmara, este referiu que é uma taxa que acaba por não ter expressão, tendo a receita em 2014 sido de dois mil euros e existindo orientações da ANMP para se fixar esta taxa no máximo, a proposta é nesse sentido.-----

----- Não havendo pedidos de intervenção, precedeu-se à votação da proposta tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----Após a elaboração da ata em minuta, foi a mesma lida e colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade (Doc. 12).-----

----- **7. APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO “CONCURSO PÚBLICO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DA MURTOSA” – DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 06/11/2014;**

----- Dada a palavra ao Presidente do Executivo, este procedeu à apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos, explicando que esta é uma obra que irá ser lançada em 2014 mas com uma incidência maior em 2015, pelo que, tratando-se de uma obra com carácter plurianual, a proposta de repartição de encargos tem que passar pela Assembleia Municipal, sendo este um formalismo legal que se tem de cumprir. Continuou, afirmando que se vai tratar a parte administrativo-legal em 2014, deixando-se a parte da execução física da obra para o início de 2015.-----

----- Durante a discussão deste ponto da ordem de trabalhos ausentaram-se os vogais, José Alcides, do PSD, e Diamantino Matos, do PS.-----

----- Não havendo pedidos de intervenção, precedeu-se à votação da proposta tendo sido aprovada por maioria com 22 (vinte e dois) votos favoráveis dos vogais da bancada do PSD e dos vogais Angelina Figueiredo, Hugo Figueiredo, José Cunha, da bancada do PS e Paulo Horta Carinha, da bancada do CDS-PP, e 1 (uma) abstenção do vogal Augusto Leite.-----

----- Após esta votação ocupou o seu lugar o vogal do PS, Diamantino Matos, ausentando-se o vogal Augusto Leite, do PS.-----

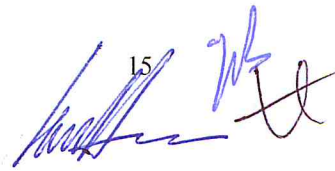
-----Após a elaboração da ata em minuta, foi a mesma lida e colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 22 (vinte e dois) votos a favor da bancada do PSD e dos vogais Angelina Figueiredo, Hugo Figueiredo, José Cunha, da bancada do PS e Paulo Horta Carinha, da bancada do CDS-PP, e 1 (uma) abstenção do vogal Diamantino Matos (Doc. 13).-----

----- **8. APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO “CONCURSO PÚBLICO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA CASA DO PESCADOR” – DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 06/11/2014;**-----

----- Dada a palavra ao Presidente da Câmara, este referiu que as razões são as mesmas apresentadas no ponto anterior.-----

----- Durante a discussão deste ponto da Ordem de Trabalhos regressaram à sala um vogal do PSD e um do PS que se tinham ausentado momentaneamente.-----

----- Não havendo pedidos de intervenção, precedeu-se à votação da proposta tendo sido aprovada por unanimidade.-----

15 

-----Após a elaboração da ata em minuta, foi a mesma lida e colocada à votação, tendo sido também aprovada por unanimidade (Doc. 14).-----

----- **9. APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “REGULAMENTO MUNICIPAL DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES NO MUNICÍPIO DA MURTOSA” - DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 06/11/2014;**-----

----- Dada a palavra ao Presidente da Câmara, este solicitou ao Dr. Carlos Afonso, que acompanhou o processo desde o seu início, para fazer a apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- Dada a palavra ao Dr. Carlos Afonso, este referiu que este Regulamento surge na sequência da entrada em vigor de dois diplomas que operam no âmbito do licenciamento zero e visam a harmonização da legislação referente aos feirantes e vendedores ambulantes. O mesmo tem como objetivo a simplificação dos procedimentos e a desmaterialização dos processos.-----

----- Dada a palavra aos membros da Assembleia Municipal, inscreveram-se os vogais Hugo Figueiredo, Augusto Leite e Paulo Carinha.-----

----- O vogal Hugo Figueiredo perguntou se a DECO levantou alguma questão relevante.-----

----- O vogal Augusto Leite questionou de quem é a responsabilidade da fiscalização e como é que a Câmara a pretende fazer e se o fiscal municipal está no ativo ou se já existe outro.-----

----- O vogal Paulo Carinha disse que a sua intervenção era no mesmo sentido da anterior.-

----- O Dr. Carlos Afonso referiu, em resposta ao vogal Hugo Figueiredo, que o presente Regulamento foi objeto de audiência das entidades competentes e as opiniões emitidas pela DECO foram na totalidade acolhidas, porque se acharam pertinentes.-----

----- Em resposta ao vogal Augusto Leite, o Presidente da Câmara respondeu que a responsabilidade da fiscalização destas ações é do Município, mas como é do conhecimento geral, um dos fiscais reformou-se e o outro encontra-se afeto a outras funções. Disse ser evidente que se tem que suprir esta insuficiência, recorrendo-se à mobilidade ou ao recrutamento, estando ainda em estudo a hipótese de sem constituir uma equipa de fiscais a nível da CIRA. As expetativas é que com o Orçamento de Estado para 2015 o possamos permitir. A fiscalização será prioritária, porque todo o quadro legislativo prevê que as ações exercidas pelos cidadãos, que estavam sujeitos a controlo prévio ficam sujeitos ao controlo posterior o que exige uma estrutura de fiscalização com uma capacidade de intervenção que não existe de momento.-----

----- O vogal Augusto Leite solicitou novamente a palavra, para referir que se existiam dois fiscais, que estando um deles reformado e o outro afeto a outras funções, então é porque a Câmara está a abdicar da fiscalização e isto tem levado a que os cidadãos se sintam desprotegidos, sendo, ao que julga, este um dos aspetos levantados pela inspeção.-----

----- O Presidente da Câmara respondeu que a inspeção não fez qualquer recomendação relacionada com a fiscalização. Quanto à dedicação do funcionário afeto ao património, no que diz respeito às tarefas que se estabeleceram como prioritárias, disse que o funcionário tem-nas desempenhado como nenhum outro as faria, porque tem uma vocação e uma competência para aquela área, que estamos a aproveitar e isso não quer dizer que se descure a fiscalização, pois não existe queixa que não tenha sido objeto de verificação por parte da fiscalização.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, precedeu-se à votação da proposta, tendo esta sido aprovada por maioria com 24 (vinte quatro) votos a favor, das bancadas do PSD, PS e CDS-PP, e 1 (uma) abstenção do vogal Augusto Leite, do PS.-----

----- Após esta votação ausentou-se da sala o vogal Manuel Sebolão, do PSD.-----

-----Após a elaboração da ata em minuta, foi a mesma lida e colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com 23 (vinte e três) votos a favor, das bancadas do PSD, PS e CDS-PP, e 1 (uma) abstenção do vogal Augusto Leite (Doc. 15).-----

----- **10. APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE O ACESSO, EXERCÍCIO E FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DIVERSAS NO MUNICÍPIO DA MURTOSA” – DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 06/11/2014;**-----

----- Dada a palavra ao Presidente da Câmara, este solicitou ao Dr. Carlos Afonso, que acompanhou o processo desde o seu início, para fazer a apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- Na uso da palavra, o Dr. Carlos Afonso referiu que este Regulamento tem os mesmos objetivos do anteriormente discutido, sendo a matéria regulamentada a atividade de guarda-noturno, os acampamentos ocasionais, as máquinas elétricas de diversão, espetáculos de natureza desportiva e divertimentos públicos, agências de venda de bilhetes e fogueiras e queimadas, esclarecendo que algumas destas matérias são de acesso livre e outras sujeitas a licenciamento.-----

----- Não havendo pedidos de intervenção, precedeu-se à votação da proposta, tendo esta sido aprovada por unanimidade.-----

17

-----Após a elaboração da ata em minuta, foi a mesma lida e colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade (Doc. 16).-----

----- **11. APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL” - DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 20/11/2014;**-----

----- Dada a palavra ao Presidente do Executivo, este explicou que, relativamente a esta matéria, a Câmara Municipal tem já em funcionamento, há dois anos, um Regulamento de apoio ao arrendamento, que serviu para se aferir o cumprimento, ou não, da missão que sustentou a decisão e se porventura necessitaria de alterações. Disse que se chegou à conclusão que se poderia trazer mais justiça distributiva se, porventura, se apoiasse com menos, mais famílias, porque é um Regulamento que tem por objetivos, em primeiro lugar, estimular as famílias a verem uma oportunidade de assumirem aquela que é a sua responsabilidade de resolução do problema de habitação e, em segundo lugar, estimular o arrendamento, porque temos um conjunto de fogos devolutos em que os seus proprietários poderiam ver aqui uma oportunidade de gerarem alguma receita.-----

----- Continuou, afirmando que a aplicabilidade do Regulamento veio fazer-nos sentir que a generalidade das famílias, salvo raras exceções, já tinham o seu problema de habitação resolvido e viram no apoio dado pela Câmara um mecanismo de aumentarem a sua receita familiar, pelo que se revela necessário alterar as suas regras, para se apoiar mais famílias.-----

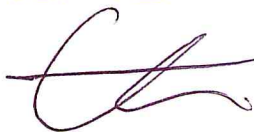
----- A reunião foi dada por terminada às 1h30m (uma hora e trinta minutos) do dia 28 de novembro de 2014, tendo-se, de imediato, agendado a continuação dos trabalhos para o próximo dia 2 de dezembro de 2014, às 21h30m (vinte e uma hora e trinta minutos), no Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

----- Os vogais Paulo Horta Carinha e Diamantino Matos pediram a palavra para dizerem que por motivos profissionais não poderão participar na reunião do dia 2 de dezembro de 2014, pelo que solicitaram que a sua falta fosse justificada.-----

----- A Mesa considerou que essas faltas serão justificadas.-----

-----**DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA E PARA EFEITOS IMEDIATOS** - Durante a presente reunião foram aprovadas em minuta e para efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 3 do art.º 27.º do Código do Procedimento Administrativo, as deliberações tituladas: “Apreciação, discussão e votação da proposta de

“Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal, Orçamento para 2015 e Atualização das Taxas Municipais” - deliberação camarária de 30/10/2014”; “Apreciação, discussão e votação da proposta de “Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis” - deliberação camarária de 06/11/2014”; “Apreciação, discussão e votação da proposta de “Participação variável no IRS para o ano 2016” - deliberação camarária de 06/11/2014”; “Apreciação, discussão e votação da proposta de “Fixação da Derrama sobre o Lucro Tributável” - deliberação camarária de 06/11/2014”; “Apreciação, discussão e votação da proposta de “Fixação da Taxa dos Direitos de Passagem” - deliberação camarária de 06/11/2014”; “Apreciação, discussão e votação da proposta de Repartição de Encargos do “Concurso Público para Execução da Empreitada de Ampliação do Cemitério da Murtosa” - deliberação camarária de 06/11/2014”; “Apreciação, discussão e votação da proposta de Repartição de Encargos do “Concurso Público para Execução da Empreitada de Construção da Casa do Pescador” - deliberação camarária de 06/11/2014”; “Apreciação, discussão e votação da proposta de “Regulamento Municipal da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentária Exercida por feirantes e Vendedores Ambulantes no Município da Murtosa” - deliberação camarária de 06/11/2014”; “Apreciação, discussão e votação da proposta de “Regulamento Municipal sobre o Acesso, Exercício e Fiscalização de Atividades Diversas no Município da Murtosa” - deliberação camarária de 06/11/2014”.

António Maria dos Santos Sousa
João Alencar Ramalho Pereira




Doc 1
10
[Handwritten signature]

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal
Exmo. Membros do Executivo
Exmos. Membros da Assembleia
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Permitam-me que, nesta minha curta intervenção, realce três acontecimentos recentes, particularmente simbólicos, que, na minha opinião, demonstram a importância que a história e a memória coletiva assumem no seio da nossa comunidade. Efectivamente, um Território que sente e valoriza o seu passado é, sem qualquer dúvida, uma terra com futuro.

Assim é a nossa Murtosa.

Refiro, em primeiro, lugar a singela e tocante cerimónia que, no dia 16 de novembro, evocou a memória dos Murtoseiros que pereceram na 1ª Grande Guerra. Congratulo-me pelo facto do Município se ter associado às comemorações nacionais, promovidas pela Liga dos Combatentes um pouco por todo o país. Cem anos passaram, mas, graças a iniciativas como esta, permanece viva a memória dos 24 filhos desta terra que, em França e em África, deram a sua vida ao serviço da Pátria.

Merecem a devida referência, de igual modo, as celebrações dos 75 anos da Paróquia de São Lourenço de Pardelhas, que tiveram o seu ponto alto, no passado domingo, com a realização da eucaristia de acção de graças, presidida pelo Sr. Bispo de Aveiro, com honras de transmissão televisiva. Uma palavra de apreço à paróquia e aos paroquianos, pela excelente iniciativa, que dignificou a nossa terra e a memória de todos aqueles que, ao longo de décadas, ajudaram a construir e a consolidar a comunidade.

Por último - mas, nem por isso, menos importante - uma nota para as comemorações dos 88 anos da criação do Concelho da Murtosa, que congregaram uma série de eventos, de índole cultural, de grande qualidade, que dignificaram e marcaram aquela que é a data mais importante da nossa história coletiva.

O nascimento do Concelho da Murtosa, há quase nove décadas, não foi um capricho de poucos, mas antes a expressão de um clamor coletivo, que viu na emancipação o único caminho para o tão desejado desenvolvimento deste território e das suas gentes.

A todos os Murtoseiros – e a nós, eleitos locais, de uma forma muito particular – cabe a grande responsabilidade de honrar e continuar o enorme legado que os Precusores nos deixaram.



Fátima Silva Húdi

Murtosa, 27 de Novembro de 2014



Doc 2

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal
Exmo. Membros do Executivo
Exmos. Membros da Assembleia
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

No passado dia 17 de Outubro foi apresentado o centro de treino de natação sincronizada da Murtosa, o primeiro em todo o país, resultado de uma parceria entre a Federação Portuguesa de Natação, a Câmara da Murtosa e a Associação de Natação de Aveiro.

A Murtosa assume-se, desta forma, como o berço do sonho de levar uma representação portuguesa da modalidade aos jogos Olímpicos de 2016, que terão lugar no Brasil. A escolha da nossa Terra para acolher a selecção nacional de natação sincronizada é motivo de grande satisfação, pois coloca-nos, pelas melhores razões, num patamar de nível nacional, no que à modalidade diz respeito.

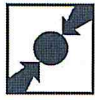
O nosso Concelho apresenta as condições ideais para ser a base logística de um projecto com estas características, pois conjuga as infra-estruturas de excelência com a paz e tranquilidade propiciadas pelo nosso território, factores fundamentais e decisivos para uma cuidada preparação das jovens atletas.

Este jovem centro de treino pode muito ser um precursor de outros projectos desportivos, e não só, que tragam para a nossa terra dinâmicas acrescidas, que contribuam ainda mais para o seu desenvolvimento. Quem sabe se, num futuro próximo, não possamos ter na Murtosa um centro de estágios multidisciplinar, que abrace outras modalidades e desafios?

Porque os passos devem ser dados de forma firme e sustentada, para já, o nosso centro de treino está-nos a trazer uma visibilidade acrescida na comunicação social, um elan positivo que devemos potenciar e aproveitar para promover o nosso território. Aos poucos, a nossa Murtosa vai conquistando as suas marcas distintivas, com impactos extremamente positivos. A natação sincronizada – a mais belas das disciplinas de água – pode muito bem vir ser uma delas.

José Simões

Membro da bancada do PSD na Assembleia Municipal da Murtosa



DOC3

PERÍODO “ ANTES DA ORDEM DO DIA “

INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Sr. Presidente da Câmara e respectivos Vereadores
Senhoras e Senhores Vogais
Minhas Senhoras e meus Senhores,

1. Colónia de Férias da Torreira:

Em Junho, partilhei nesta Assembleia, a minha inquietação sobre as notícias que vinham surgindo na praça pública sobre o eventual encerramento e morte anunciada da colónia de férias da Torreira, com actividade marcante há mais de 40 anos, servindo as crianças, e, gerando emprego sazonal a largas de dezenas de monitores, e, gerando rendimento de trabalho a 20 funcionários permanentes, oriundos da Torreira.

Para espanto meu, e, de todos aqueles que seguem as minhas partilhas e escritos, achamos curioso o desconhecimento da nossa autarquia em relação as intenções da fundação Bissaia Barreto, em abandonar as instalações, e, à segurança social em enterrar de vez aquela colónia de férias.

Sabemos, hoje, que tal decisão andava a ser questionada há mais de 3 anos. Estranhámos, por isso, que quer o antigo presidente da segurança social e actual presidente desta Assembleia, e, quer o actual presidente de Câmara, serem ambos desconhecedores desta realidade e deste desfecho.

Estes dias têm assistido ao esvaziamento do mobiliário da Colónia de Férias..... fechará as portas de vez - *sine die* – no próximo dia 02/12/2014.

Foi-nos assegurado nesta Assembleia, com veemência e determinação, pelo Sr. Presidente de Câmara que iria de imediato instigar e averiguar tal situação.

Lemos na imprensa local e regional, que o Sr. Presidente de Câmara, se encontra em derradeiras démarches para encontrar uma solução para o imóvel e Colónia.

Pergunto: Sr. Presidente, em que situação está neste momento? Quais as démarches que tem feito e qual o seu resultado? O que pensa o executivo fazer em relação a esta situação?

2. O Processo de Municipalização da Educação no Município:

Sr. Presidente, gostaria que nos informasse em que patamar se encontra a nossa autarquia em relação ao processo de municipalização da educação no nosso município.



A autarquia e Agrupamento de escolas do concelho já analisaram os documentos do ministério da educação? Nada se encontra decidido ou já há alguma coisa planificada e concertada?

A autarquia também estará disponível para o hipotético cenário de despedimento de professores?

E, por último, qual a razão, para tal secretismo com que decorre o processo nas autarquias?

Obrigado

Disse.

Paulo HORTA CARINHA, independente

Murtosa, 27 de Novembro de 2014



Doc 4
16

PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”
PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO EVENTUAL DE ESTUDO
– O Hangar da Torreira e o seu papel na História da Aviação Naval –

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Sr. Presidente de Câmara e respectivos Vereadores
Senhoras e Senhores Vogais
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Como decerto sabeis, já alguns anos a esta parte, fruto da minha “paixão das memórias” por esta Terra, suas Gentes, Tradições e Culturas, vou partilhando por cá e pela diáspora, o espólio de imagens com “histórias” e histórias com “imagens” que vou juntando, e, de registos fotográficos que vou fazendo, para memória futura.

Aqui e agora, trago uma proposta para uma constituição de uma comissão eventual de estudo do valor histórico, cultural e até turístico do antigo HANGAR dos hidroaviões, situado na praia do Monte Branco e a abertura do processo de classificação de interesse municipal do imóvel, antes que as marés o façam desaparecer.

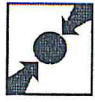
Citando o nosso ilustre Presidente – Joaquim Baptista – que apelou “a todos para que saibam colocar, acima dos interesses pessoais ou partidários, os interesses da nossa Terra, porque se assim for, está convencido que muitas serão as questões que motivarão e acabarão por unir todos aqueles que têm responsabilidades”, fim de citação.

Eis-me aqui, transparente e de mãos abertas, assumindo a minha quota-parte, nesta responsabilidade que também é minha, mas que jamais deixará de ser nossa também, por se tratar da nossa história e da nossa cultura, e, contribuindo para que a “memória” da Aviação Naval no nosso Concelho, deixe de ser uma página em branco na nossa Murtosa, que a queremos perpetuar no futuro e legar às gerações vindouras, com todo o seu esplendor.

Dizia o Sr. Vice-Presidente da Câmara, a propósito do antigo edifício dos Paços do Concelho: “ **Nova vida para um edifício cheio de história. A preservação da nossa memória colectiva, de olhos postos no futuro.**”, fim de citação.

O conhecimento da história dos locais atrai emocionalmente as pessoas para a sua preservação, envolve-as, coloca-as mais alerta e reconduz o discurso das políticas públicas para comunidades mais conscientes e amadurecidas.

Sr. Presidente, minhas senhoras e meus Senhores é a paixão das memórias que me move... quantos murtoseiros, e, em especial os mais novos, desconhecem que o “Barracão” da Praia do Monte Branco, foi no século passado, Hangar dos hidroaviões para dar apoio à Aviação Naval. Sobretudo os murtoseiros mais velhos, recordarão essas imagens nos seus registos mnésicos da descolagem e a amaragem de hidroaviões na nossa Ria de Aveiro, e, na Torreira, na Praia do Monte Branco.



Os artigos são vários e diversos, os conteúdos repetem-se e focam naturalmente muito mais sobre S. Jacinto, do que sobre a Torreira.

Não vejo porque não se há-de aderir ao interesse cultural e até turístico da criação de uma "memória" da Aviação Naval no local.

Provavelmente, estará nesta sala e nesta Assembleia quem soltou esta "pérola" acerca de 2 anos e pouco – "vemos o Barracão como uma espinha no plano de desenvolvimento e reabilitação da praia do Monte Branco".

Tem ou não interesse histórico e cultural para a nossa Terra e suas gentes? É ou não uma memória colectiva que temos obrigação de preservar e preservar com olhos postos no futuro? É ou não de interesse público gerar naquele local, espaço museológico que perpetue essa maravilhosa história? Tem ou não interesse cultural e turístico?

Se desperdiçarmos esta oportunidade histórica e facto cultural, bem como excepcional legado às gerações vindouras, será que os mesmos nos perdoarão?

A Murtosa é dos poucos locais em Portugal com referências "vivas" a esse período da história de Portugal. Está documentado e ilustrado. O local pode ser propriedade privada. Mas existe a figura jurídica de "interesse público".

Acredito que surjam cidadãos capazes de prestar essa homenagem aos predecessores e ajudar a promover (ainda mais) a Torreira. Já repararam quanto orgulho colectivo que esta referência traria...?

Minhas Senhoras e meus Senhores, Sr. Presidente, há vários meses que venho fazendo o meu trabalho de casa e me debruçando sobre este facto. Descubri histórias interessantes e relatos emocionantes. Contactei o Dr. Pedro Uva – proprietário do imóvel – disponibilizando para colaborar e até dar contributos noutras áreas – falei com a Eng^a Ana Paula Martins – que me disponibilizou ajuda, documentação e fotos, que anexo no seu texto juntando as principais referências da história do "Barracão".

Sr. Presidente, que bom e útil seria para este nosso concelho, e do de Aveiro e Óvar, termos em linha três museus ligados à mesma história e á Aviação Naval – S. Jacinto / Torreira / Cortegaça?

Está nas nossas mãos perpetuar e preservar uma parcela da nossa história. Saibamos nós cuidar deste legado histórico e cultural, e, tenhamos coragem e engenho para o aproveitar.

Disse. *Há uma expressão que talvez venha a encaixar no contexto desta região "Jurisismo Militar"?*

Paulo HORTA CARINHA, independente

Murtosa, 27 de Novembro de 2014

Nota: em anexo texto das principais referências da história do "Barracão" da autoria da Eng^a Ana Paula Martins

O Hangar da Torreira e o seu papel na História da Aviação naval

Em plena 1ª guerra (1916) “o Governo Português concedeu à França o direito de se instalar na costa com um posto aeronaval com a finalidade de combater a ação submarina desde a Mancha ao Mediterrâneo”¹ tendo para esse efeito a Aviação Naval Francesa escolhido a Ria de Aveiro. A instalação concretizou-se “no dia 1 de abril de 1918, com a chegada a S. Jacinto de oito hidroaviões franceses, respetivos pilotos e pessoal de apoio”²

Terminada a guerra, o posto foi entregue à Armada Portuguesa (cujas estrutura operacional havia sido formalizada em 28 de setembro de 1917, sob a égide de Sacadura Cabral) e passou a designar-se Centro de Aviação Naval de Aveiro.

Pouco tempo depois da retirada dos franceses, deu-se a Traulitânia, revolta do Porto para a reimplantação da monarquia, em janeiro de 1919.

As tropas revoltosas deslocavam-se para o sul, rumo a Lisboa, e terão sido intercetadas por hidroaviões que descolaram de S. Jacinto, onde permaneciam desde o fim da guerra.

Em louvor do Ministério da Marinha (portaria de 15-10-1919), o Comandante Sacadura Cabral é referido “pelo decidido empenho que demonstrou na pronta reparação dos hidroaviões, que cooperaram com as forças em operações em Aveiro contra os rebeldes monárquicos, provando os seus grandes recursos profissionais...”³

Este episódio terá contribuído para assegurar a permanência e consolidação do Centro de Aviação de Aveiro, tendo o primeiro hangar de alvenaria e madeira sido construído em S. Jacinto por volta de 1920. O desenvolvimento do centro esteve intimamente ligado aos preparativos da I Travessia Aérea do Atlântico Sul, quer quanto à beneficiação geral das aeronaves, quer quanto à preparação de voos de treino (Lisboa-Funchal) na Ria.

Ficou gravada em pedra (Monumento à Aviação Naval inaugurado em 1981, em Aveiro, junto ao Canal Central) a frase de Sacadura Cabral (1921): *“com a violenta nortada que fazia e auxiliado pela mareta que se tinha formado na Ria de Aveiro, o hidroavião descolou como nunca o vira descolar, com uma facilidade e rapidez que me deixaram bem impressionado...”*

¹ Joaquim Duarte, Cap. Força Aérea Portuguesa, “A Aviação Naval em Aveiro”
<http://www.prof2000.pt/users/avcultur/Aveidistrito/Boletim31/Page73.htm>

² “Azimute” n.º 192, dez2011, pág. 9 e 10, Revista Militar de Infantaria, Escola Prática de Infantaria,
<http://www.exercito.pt/sites/EPI/Publicacoes/Documents/AZ%20192DEC.pdf>

³ Joaquim Duarte, Cap. Força Aérea Portuguesa, “A Aviação Naval em Aveiro”

Em 30 de março de 1922 Sacadura e Gago Coutinho iniciam, em Belém, a viagem de travessia do Atlântico.

Em 15 de novembro de 1924 desapareceu, no Mar do Norte, Sacadura Cabral.

Em 1925, começa a funcionar a Escola de Aviação Naval “Almirante Gago Coutinho” no Bom Sucesso (Lisboa, junto à Torre de Belém), com previsão para deslocação para S. Jacinto, logo que ali houvesse condições para isso.

Entre 1931 e 1933 foi estudada a “transferência do Centro de S. Jacinto para a Torreira, por se ter concluído situar-se ali o espelho de água ideal para hidroaviões. Porém, as expropriações exigidas e a carência de disponibilidades anularam o projeto e mais depressa orientaram a intenção de fazer a escola de pilotagem com aviões de rodas no areal de S. Jacinto”⁴

Em 20 de maio de 1934 instalou-se em S. Jacinto, Aveiro, a Escola de Aviação Naval “Almirante Gago Coutinho”, com dependências adicionais “junto ao Forte da Barra, assim como um hangar na Torreira, construído pelos estaleiros navais de S. Jacinto, que permitia aos hidroaviões amarem em situações de instrução” (cf. Artigo de “Azimute” anteriormente citado e, também referência ao “Monumento à Aviação Naval” no site da Câmara Municipal de Aveiro ⁵).

“A escola de hidroaviões tinha lugar na Torreira, na imensa laguna, entre a Bestida e a praia do concelho da Murtosa. Os hidros confundiam-se ao tempo com os moliceiros e os mercantéis espalhados com profusão pela Ria.

A Base, instalada em S. Jacinto, prestava todo o apoio, naturalmente. Os aparelhos descolavam diariamente, e seguiam pelo ar, para a Torreira, onde a instrução era ministrada, e ao fim da tarde recolhiam ao hangar onde eram beneficiados e abastecidos para no dia seguinte voltarem à instrução. Algumas vezes, um ou outro moliceiro, na sua maravilhosa arte de navegar, provocava arrepios aos alunos e aos instrutores, cortando as águas e atravessando-se na proa dos hidros.

Aconteceu colisão uma ou outra vez e, numa delas, o mastro de um moliceiro, como se fora um enorme cacete nas mãos de um novo Neptuno, saído da profundidade da Ria, destruiu, pura e simplesmente, o «Fleet-Kinner» – um hidroavião, monomotor, de 5 cilindros em estrela e dois flutuadores. Não se sabe ainda hoje como aconteceu aos dois pilotos (instrutor e aluno) rebentarem com o peso do próprio corpo, e na queda, os cintos de segurança! A verdade é que só esse facto permitiu a ambos salvarem-se de morrer, provavelmente, submersos, nas límpidas águas da Torreira.

*Em 1943, com a aquisição dos aviões «Tiger», equipados com trem de aterragem, terminou a escola de pilotagem dos hidros. A instrução era ministrada exclusivamente na Base, em S. Jacinto”.*⁶

*“Em 1943, chegam novos aviões Tiger de instrução, coincidindo com a realização da última escola de hidroaviões na Torreira, onde existe ainda um hangar abandonado no areal, que servia de oficina a pequenas reparações.”*⁷

⁴ Joaquim Duarte, Cap. Força Aérea Portuguesa, “A Aviação Naval em Aveiro”

⁵ [http://www.cm-](http://www.cm-aveiro.pt/www/templates/GenericDetail.aspx?id_object=27856&TM=2408S2582S2587&id_class=1575)

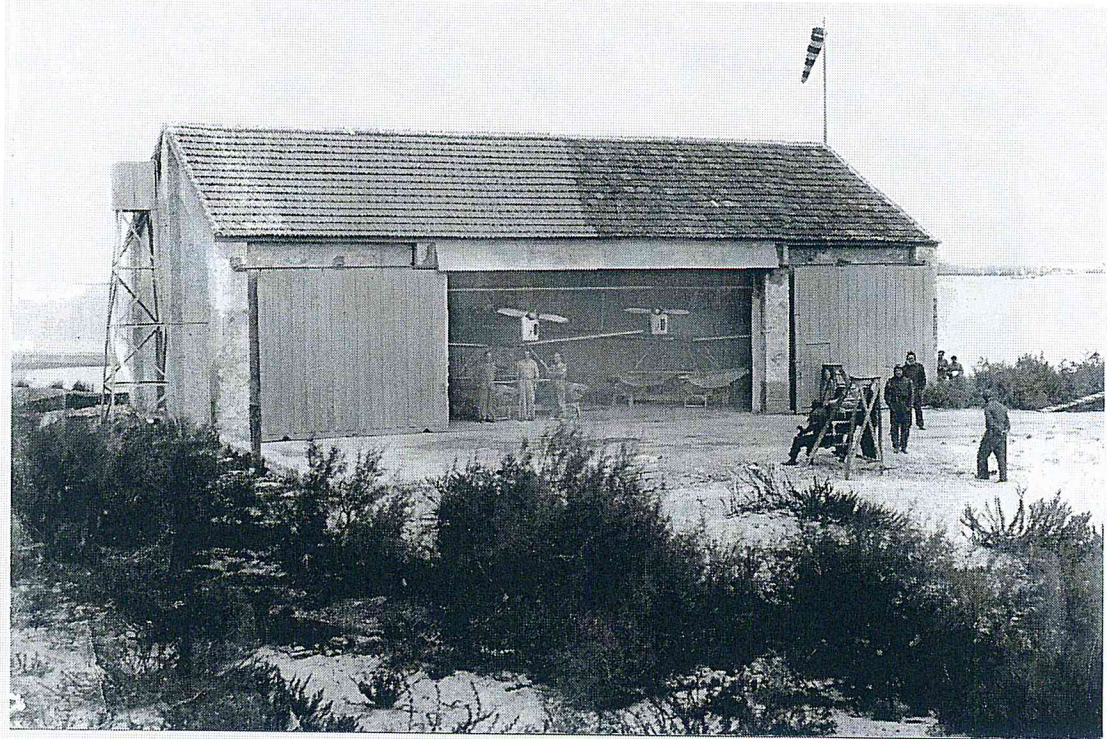
[aveiro.pt/www/templates/GenericDetail.aspx?id_object=27856&TM=2408S2582S2587&id_class=1575](http://www.cm-aveiro.pt/www/templates/GenericDetail.aspx?id_object=27856&TM=2408S2582S2587&id_class=1575)

⁶ Joaquim Duarte, Cap. Força Aérea Portuguesa, “A Aviação Naval em Aveiro”

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Ou seja, entre 1934 e 1943 terá funcionado no chamado “Hangar da Torreira” o apoio à instrução ministrada pela escola “Almirante Gago Coutinho”, conforme de resto se pode ver na exposição permanente “Espaço Memória”, desde há uns anos instalada e aberta ao público no atual RI10⁸ em S. Jacinto.

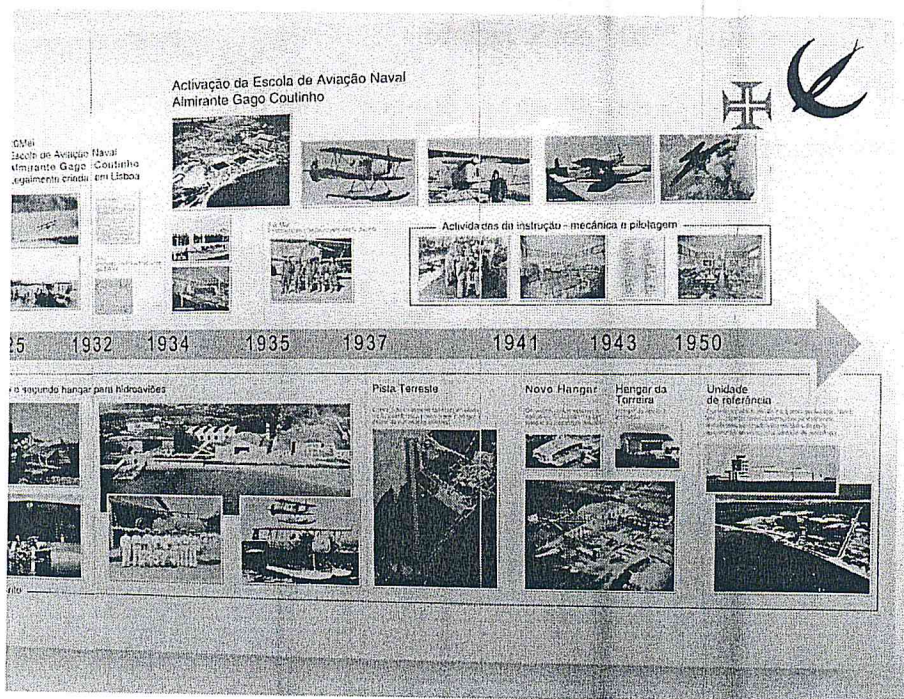
A fotografia do atual “barracão do Monte Branco” com o uso que, à data, o ligou a esse notável momento da história portuguesa é “o” documento inequívoco desse passado:



⁷ <http://www.prof2000.pt/users/avcultur/Aveidistrito/Boletim31/Page73.htm>, pág. 7

⁸ <http://noticiasri10.paraquedistas.com.pt/index.html>

O "Espaço Memória"⁹ refere explicitamente o hangar, no friso cronológico que ocupa uma das paredes centrais:



E, em http://purl.sgmf.pt/OE-1941/1/OE-1941_pdf/1941_0000_0303-0332_t01-B-R0300.pdf são referidos encargos com a renda do hangar da Torreira (700\$00, pág. 528), na rubrica dedicada à Escola de Aviação Naval Almirante Gago Coutinho, Ministério da Marinha, "Desenvolvimento do orçamento da despesa para o ano económico de 1941"

⁹ <http://www.operacional.pt/espaco-memoria-em-sao-jacinto/>

Concluindo, parece inequívoca a ligação do Monte Branco e, em especial do seu “Barracão” a este período da História da Aviação Naval portuguesa, pelo que a preservação do sítio e, em especial da construção existente devia ser objetivamente assumida.

A reconstituição do uso que teve, com maquetes, imagens, modelos, etc... é não só possível como acrescentaria dimensão nacional ao património local.

Atrevo-me a dizer que muito poucos serão os que conhecem esta história e quase nenhuns se lembrarão das suas referências, embora elas proliferem pelos documentos especializados, como se vê pelo presente resumo.

O modo, os meios, os aspetos práticos e procedimentais serão o menor dos problemas... A questão essencial, o ponto de partida, estará dado quando assentarmos nos pressupostos, ou seja, de que **este assunto é caro às gentes da Murtoza e da Ria e que, em conjunto, saberemos contrariar os tempos e as marés!**

Ana Paula Martins

Aveiro, 15 de novembro de 2014



DOCS
[Handwritten signatures]

Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal da Murtosa, acerca da atividade Municipal
entre 19 de setembro e 19 de novembro de 2014

Assembleia Municipal
Sessão de 2014/11/27

Trabalhos executados pelos trabalhadores da Câmara Municipal

- » Foi executada a limpeza de valetas em diversos arruamentos nas Freguesias do Monte, Murtosa e Torreira, bem como feitas algumas reposições de pavimentos em arruamentos e espaços pedonais;
- » Foi feita a reposição de sinalização danificada nas Freguesias do Monte, Murtosa, Bunheiro e Torreira;
- » Foi executado um abrigo para contentor de lixo na Rua da Béstida;
- » Foi executada a demolição do anexo e a reparação da cobertura e paredes exteriores do armazém existente a norte da COMUR – Museu Municipal.


Foi dado apoio logístico à realização dos seguintes eventos:

- » Festival Gastronómico da Enguia da Ria;
- » Cerimónias do dia de "Fiéis Defuntos", nos cemitérios de Pardelhas, Murtosa e Bunheiro;
- » Festival de Sopas, na Torreira;
- » Cerimónias evocativas do Centenário da Primeira Grande Guerra.

OBRAS PÚBLICAS EM EXECUÇÃO

Mantêm-se em execução as seguintes obras:

- » Empreitada de " Habitação Social na Torreira 2ª fase – Execução de infraestruturas";
 - » Empreitada de " Pavimentação de arruamentos na freguesia da Murtosa";
 - » Empreitada de " Pavimentação de arruamento na freguesia do Monte";
 - » Empreitada de "Ampliação da rede de saneamento - Bunheiro (1ª fase), Monte e Murtosa"; promovida pela ADRA;
 - » Empreitada de "Ampliação da rede de saneamento - Bunheiro (2ª fase), Monte e Murtosa"; promovida pela ADRA;
 - » Empreitada de " Conclusão da Avª Dr. João Carlos Vaz da Cunha".

- 
- » Empreitada de "Construção, reparação e Beneficiação de Conduatas e Valas – 2014"
 - » Empreitada de "Construção do Porto de Abrigo da Torreira", promovida pela Polis;
 - » Empreitada de "Construção de recreio coberto na EBI da Torreira";
 - » Empreitada de "Espaço Intergeracional – Recuperação do antigo edifício dos Paços do Município".

OBRAS PÚBLICAS INICIADAS

- » Empreitada de " Beneficiação da Av^a de São Mateus".

OBRAS PÚBLICAS CUJO INÍCIO SE PREVÊ PARA BREVE

- » Empreitada de "Pavimentação de Arruamentos nas Freguesias do Monte, Bunheiro e Murtosa – 2^a. Fase";
- » Empreitada de "Construção da Casa do Pescador";
- » Empreitada de "Ampliação do Cemitério da Murtosa".

OBRAS PÚBLICAS EM PERSPETIVA

- » Empreitada de "Habitação Social na Murtosa – Outeiro da Maceda – Execução de Infraestruturas";
- » Empreitada de Construção da "Oficina das Artes".

APOIO À COMUNIDADE EDUCATIVA E ÀS COLETIVIDADES

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA MURTOSA

A Câmara Municipal no âmbito da ação social deliberou proceder à transferência para o Agrupamento de Escolas da Murtosa de:

- » 5.356,11€ (cinco mil trezentos e cinquenta e seis euros e onze cêntimos) relativos à comparticipação das refeições fornecidas durante o mês de setembro, do corrente ano, aos alunos do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA DO 1º CICLO E PRÉ-PRIMÁRIA DO MONTE

A Câmara Municipal deliberou atribuir à Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola do 1º Ciclo e Pré-Primária do Monte, um subsídio na importância de

2.377,05€ (dois mil trezentos e setenta e sete euros e cinco cêntimos), para pagamento às tarefeiras da Escola EB1 e Jardim de Infância do Monte e do Centro Escolar da Saldida, que auxiliam no serviço de refeições e fazem o acompanhamento das crianças no período de almoço, durante os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2014.

NÚCLEO SPORTINGUISTA DA MURTOSA

A Câmara Municipal deliberou atribuir um subsídio, no valor de 200,00€ (duzentos euros), ao Núcleo Sportinguista da Murtosa, destinado à aquisição de prémios para o convívio de S. Martinho em Futsal, que a coletividade organizou no dia 08 do corrente mês de novembro.

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA DAS QUINTAS

A Câmara Municipal deliberou atribuir à Associação Desportiva e Recreativa das Quintas, um subsídio no montante de 100,00 € (cem euros), destinado à aquisição de um troféu, para o Convívio de Pesca no Mar 2014.

EDUCAÇÃO/CULTURA/ACONTECIMENTOS

5ª VOLTA À MURTOSA EM BICICLETA

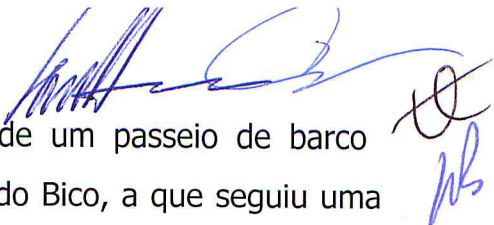
No dia 21 de setembro, mais de 500 pessoas marcaram presença na 5ª edição da Volta à Murtosa em Bicicleta, um grande passeio cicloturístico, para todas as idades, organizado pela Câmara Municipal da Murtosa e pelas Coletividades locais, no âmbito do projeto Murtosa Ciclável.

HOMENAGEM A D. MARIA DO CÉU VIEIRA

No dia 22 de setembro, a D. Maria do Céu Vieira comemorou 100 anos de vida. Numa cerimónia singela, acompanhada por familiares e amigos, foi recebida e homenageada no Edifício dos Paços do Município da Murtosa.

COMEMORAÇÕES DO DIA INTERNACIONAL DO TURISMO

Cerca de duas dezenas de pessoas participaram, no dia 27 de setembro, na iniciativa "Conhecer a Murtosa, de bicicleta e de moliceiro", uma atividade gratuita, promovida pela Câmara Municipal da Murtosa, no âmbito das comemorações do Dia Mundial do Turismo.



Os participantes tiveram a possibilidade de desfrutar de um passeio de barco moliceiro pelo canal da Murtosa da Ria de Aveiro, até ao Cais do Bico, a que seguiu uma visita guiada, de bicicleta, que deu a conhecer um pouco do muito que a Murtosa tem para oferecer.

EXPOSIÇÕES DE ARTESANATO NO MUSEU ETNOGRÁFICO DA MURTOSA

O ciclo de exposições de artesanato no Museu Etnográfico teve continuidade com as mostras de trabalhos em madeira, do artesão João Pinto, que decorreu de 5 a 31 de outubro, e de tapeçaria, da artesã Maria da Luz Paiva, que se encontra patente até ao dia 30 de novembro.

DIA DO DIPLOMA

A Câmara Municipal da Murtosa e o Agrupamento de Escolas da Murtosa, promoveram no passado dia 3 de Outubro, o "Dia do Diploma" no qual foi feita a entrega solene dos diplomas de finalista aos alunos do 12º. ano, tendo o Município da Murtosa custeado as lembranças oferecidas aos mesmos.

FESTIVAL GASTRONÓMICO DA ENGUIA DA RIA

O Cais do Bico, um dos locais mais emblemáticos da Murtosa, acolheu, no fim de semana de 11 e 12 de outubro, o Festival Gastronómico da Enguia da Ria, organizado pela Confraria Gastronómica "O Moliceiro" e pela Câmara Municipal da Murtosa.

O festival recebeu mais de meio milhar de pessoas, tornando esta edição a mais participada de sempre.

INAUGURAÇÃO DA OBRA DE REQUALIFICAÇÃO MARGINAL ENTRE O MANCÃO E A RIBEIRA DO GAGO

No passado dia 11 de outubro, na Ribeira do Gago, na Freguesia do Bunheiro, teve lugar a cerimónia de inauguração das obras de requalificação marginal, entre a Ribeira do Mancão e a Ribeira do Gago. A Cerimónia foi presidida pelo Secretário de Estado do Ambiente, Dr. Paulo Lemos.

CENTRO DE TREINO DE NATAÇÃO SINCRONIZADA

A Murtosa acolhe o primeiro centro de treino de natação sincronizada do País, numa parceria entre a Federação Portuguesa de Natação, a Câmara Municipal da Murtosa e a

Associação de Natação de Aveiro, com o objectivo de levar, pela primeira vez, uma representação portuguesa da modalidade aos Jogos Olímpicos.

A apresentação pública do projeto, com a assinatura do protocolo entre as entidades parceiras, teve lugar no dia 17 de outubro, no complexo de piscinas municipais da Murtosa, local onde as atletas da seleção nacional farão, nos próximos dois anos, a sua preparação, intensiva e ao mais alto nível.

COMEMORAÇÕES DO 88º ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DO CONCELHO DA MURTOSA

A Câmara Municipal da Murtosa levou a efeito um programa comemorativo dos 88 anos da criação do Concelho da Murtosa, que decorreu de 24 a 29 de outubro, com um conjunto de iniciativas de índole histórica, etnográfica e cultural.

Assim, no dia 24 de outubro, teve lugar, no salão nobre dos Paços do Município da Murtosa, a apresentação do livro "Acorda, Portugal", do Dr. Pinho Neno. A apresentação da mais recente obra literária do consagrado autor Murtoseiro esteve a cargo do Dr. Santos Sousa, Presidente da Assembleia Municipal.

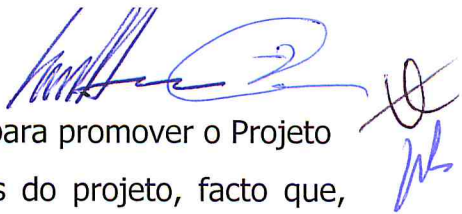
No dia 25, a sala de espectáculos da Junta da Murtosa recebeu o espetáculo "Fado Revisitado", pelo Lusitanae Ensemble, acompanhado da fadista Vanessa Quinteiro, que revisitou, na ambiência da música clássica, a obra de Amália e de Carlos Paredes.

No dia 26 teve lugar, no salão nobre dos Paços do Município da Murtosa, a apresentação do livro e do vídeo que registam, para memória futura, o Grande Cortejo Etnográfico da Terra Marinha, levado a cabo, no centro do Bunheiro, no mês de agosto.

Finalmente, no dia 29 de outubro, pela manhã, realizou-se a cerimónia do hastear das bandeiras, junto aos Paços do Município, seguida de uma romagem à Praça Jaime Afreixo, onde foi depositada uma coroa de flores junto ao monumento que evoca a criação do Concelho da Murtosa.

FESTIVAL DA BICICLETA SOLIDÁRIA EM LISBOA

Pelo quarto ano consecutivo, a convite da Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores da Bicicleta (FPCUB), organizadores do evento, uma comitiva Murtoseira, composta por cerca de duas dezenas de ciclistas, participou, no passado dia 9 de novembro, no Festival da Bicicleta Solidária, que se realizou em Lisboa.



A presença Murtoseira em terras Lisboaetas serviu também para promover o Projeto “Murtosa Ciclável”, uma vez que o grupo pedalou nas bicicletas do projeto, facto que, naturalmente, despertou o interesse e a curiosidade dos outros participantes e daqueles que assistiram ao evento.

MURTOSA HOMENAGEOU OS SOLDADOS MURTOSEIROS QUE TOMBARAM NA PRIMEIRA GRANDE GUERRA

No passado dia 16 de novembro, tiveram lugar, na Murtosa, as cerimónias evocativas do centenário da Primeira Grande Guerra (1914-1918), nas quais foram homenageados os 24 Murtoseiros que, em França e em África, pereceram no conflito.

Para além da receção no salão nobre dos paços do Município e da missa de sufrágio pelos mortos em combate, na Igreja Matriz da Murtosa, o programa evocativo contemplou uma cerimónia, com honras militares, junto ao monumento da Praça dos Combatentes.

75 ANOS DA PARÓQUIA DE PARDELHAS EM EXPOSIÇÃO NO ARQUIVO MUNICIPAL DA MURTOSA

O Arquivo Municipal da Murtosa acolheu, até 23 de novembro, uma exposição alusiva aos 75 anos da Paróquia de São Lourenço de Pardelhas.

A mostra, organizada pela Paróquia, com o apoio da Câmara Municipal da Murtosa, reuniu documentação e objetos que fazem parte da história paroquial.

III CONCURSO LITERÁRIO ESCOLAR DA MURTOSA

Depois do sucesso das duas primeiras edições, a Câmara Municipal da Murtosa, em parceria com a Rede de Bibliotecas da Murtosa e com o Agrupamento de Escolas da Murtosa, lançou o III Concurso Literário Escolar da Murtosa, destinado a premiar trabalhos, nas modalidades de prosa e poesia, de alunos do concelho da Murtosa, fomentando, dessa forma, os hábitos de leitura e escrita nas camadas jovens e envolvendo a comunidade escolar numa atividade cultural.

Junta-se em anexo: 1 mapa de execução orçamental, 1 mapa de execução das Grandes Opções do Plano, 1 resumo diário de Tesouraria, 1 mapa da situação do empréstimo e 1 mapa de controlo do equilíbrio orçamental, reportados a 19 de novembro de 2014.



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

QUADRO/RESUMO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 2014

RECEITAS

	RECEITA ORÇADA	RECEITA ATÉ 19/11/2014		% de EXECUÇÃO
		COBRADA BRUTA	COBRADA LIQUIDA	
RECEITAS CORRENTES	€ 6.053.659,00	€ 5.453.407,20	€ 5.443.473,17	89,92%
RECEITAS DE CAPITAL	€ 2.691.218,67	€ 286.591,72	€ 286.591,72	10,65%
OUTRAS RECEITAS	€ 1.554.720,33	€ 1.554.720,33	€ 1.554.720,33	100,00%
	€ 10.299.598,00	€ 7.294.719,25	€ 7.284.785,22	70,73%

QUADRO/RESUMO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 2014

DESPESAS

	DESPESA ORÇADA	DESPESA ATÉ 19/11/2014		% de EXECUÇÃO PAGO
		FACTURADA	PAGA	
DESPESAS CORRENTES	€ 5.290.430,00	€ 3.568.763,64	€ 3.425.032,10	64,74%
DESPESAS DE CAPITAL	€ 5.009.168,00	€ 2.011.829,62	€ 2.010.962,89	40,15%
TOTAL	€ 10.299.598,00	€ 5.580.593,26	€ 5.435.994,99	52,78%

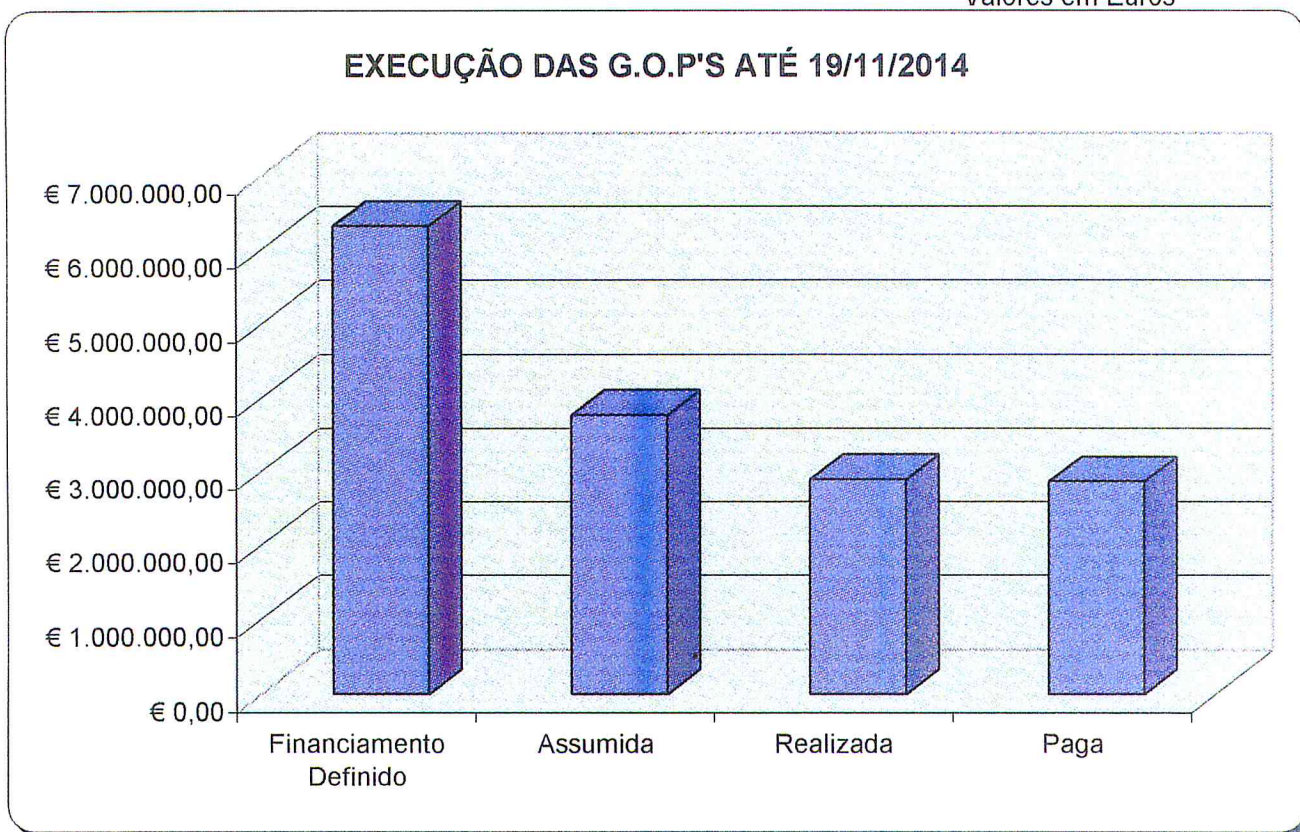
[Handwritten mark]



EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2014

PREVISÃO DE EXECUÇÃO (FINANCIAMENTO DEFINIDO)	DESPESA ASSUMIDA		DESPESA REALIZADA		DESPESA PAGA	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
€ 6.325.269,00	€ 3.772.373,98	59,64%	€ 2.894.741,81	45,76%	€ 2.866.185,02	45,31%

Valores em Euros



RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Data 19/11/2014

Nº Pág. 1

Número 223

Ano 2014

Município da Murtosa

Movimentos de Tesouraria	Saldo do dia Anterior	Entrada do Dia	Soma	Saída do Dia	Saldo para o Dia Seguinte
CAIXA	4.489,25	53.180,05	57.669,30	53.965,48	3.703,82
FUNDOS DE MANEIO	1.445,00	0,00	1.445,00	0,00	1.445,00
BANCOS					
À ORDEM Banco : Caixa Geral De Depósitos, Sa	245.147,18	611,82	245.759,00	50.778,86	194.980,14
Conta : PT50003505280000178143182					
Banco : Caixa Geral De Depósitos, Sa	11.953,95	302,31	12.256,26	0,00	12.256,26
Conta : PT50003505280001177763005					
Banco : Caixa Geral De Depósitos, Sa	11.622,02	1.375,95	12.997,97	0,00	12.997,97
Conta : PT50003505280000517083007					
Banco : Caixa Geral De Depósitos, Sa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conta : PT50003505280001599593016					
Banco : Caixa Geral De Depósitos, Sa	74.501,03	0,00	74.501,03	0,00	74.501,03
Conta : PT50003505280001629683095					
Banco : Caixa Geral De Depósitos, Sa	8.174,59	0,00	8.174,59	0,00	8.174,59
Conta : PT50003505280002040593040					
Banco : Caixa Geral De Depósitos, Sa	7.174,91	0,00	7.174,91	0,00	7.174,91
Conta : PT50003505280002307503090					
Banco : Caixa Geral De Depósitos, Sa	11.025,84	0,00	11.025,84	0,00	11.025,84
Conta : PT50003505280002484633044					
Banco : Caixa Geral De Depósitos, Sa	1.758,73	0,00	1.758,73	0,00	1.758,73
Conta : PT5000350528000249223003					
Banco : Caixa Geral De Depósitos, Sa	15.658,50	0,00	15.658,50	0,00	15.658,50
Conta : PT50003505280002502393065					
Banco : Caixa Geral De Depósitos, Sa	983,70	0,00	983,70	0,00	983,70
Conta : PT50003505280002519443046					
Banco : Caixa Geral De Depósitos, Sa	2.588,07	0,00	2.588,07	0,00	2.588,07
Conta : PT5000350528000253773039					
Banco : Banco Bpi, Sa	25.778,36	811,00	26.589,36	0,00	26.589,36
Conta : PT50001000001350342010156					
Banco : Banco Bpi, Sa	677,36	0,00	677,36	0,00	677,36
Conta : PT50001000001350342010253					
Banco : Caixa Central - Caixa Central De Crédito Agrícola Mútuo, Crl	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conta : PT50004533504012434586294					
Banco : Banco Totta & Açores, Sa					

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Data 19/11/2014 N° Pág. 2

Número 223 Ano 2014

Município da Murtosa

Movimentos de Tesouraria	Saldo do dia Anterior	Entrada do Dia	Soma	Saída do Dia	Saldo para o Dia Seguinte
BANCOS					
Banco : Banco BIC Portugues, S.A.	50.541,13	0,00	50.541,13	0,00	50.541,13
Conta : PT50007900001757645010153 - BIC - Ordem					
Banco : Banco Espírito Santo, Sa	10.982,96	0,00	10.982,96	0,00	10.982,96
Conta : PT50000700000004075067123 - Ordem					
Banco : Caixa Geral De Depósitos, Sa	30.565,34	0,00	30.565,34	0,00	30.565,34
Conta : PT50003505280000517094453					
Banco : Banco Bpi, Sa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conta : 001000011350342161001					
Banco : Banco Totta & Açores, Sa	41.178,58	0,00	41.178,58	0,00	41.178,58
Conta : PT50001800002829442700177 - Santander					
Banco : Banco BIC Portugues, S.A.	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
Conta : 007900001757645020001 - BIC - Prazo					
Banco : Banco Espírito Santo, Sa	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
Conta : PT50000700000004075067123 - Prazo					
Banco : Banco do Tesouro	193.116,25	0,00	193.116,25	0,00	193.116,25
Conta : PT50078101120112001462806 - Cump.Art.º					
Sub-Total :	2.256.141,86	3.101,08	2.259.242,94	50.778,86	2.208.464,08
APLICAÇÕES DE TESOURARIA					
Títulos Negociáveis	90.635,56	0,00	90.635,56	0,00	90.635,56
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-Total :	90.635,56	0,00	90.635,56	0,00	90.635,56
Total de Disponibilidades :	2.352.711,67	56.281,13	2.408.992,80	104.744,34	2.304.248,46
DOCUMENTOS					
Total de Movimentos de Tesouraria :	23.551,65	0,00	23.551,65	0,00	23.551,65
OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	2.376.263,32	56.281,13	2.432.544,45	104.744,34	2.327.800,11
OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	1.908.865,73	722,93	1.909.588,66	50.864,40	1.858.724,26
	353.210,38	1.678,26	354.888,64	0,00	354.888,64

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Data 19/11/2014
Nº Pág. 3

Número 223
Ano 2014

Município da Murtosa

Movimentos de Tesouraria	Saldo do dia Anterior	Entrada do Dia	Soma	Saida do Dia	Saldo para o Dia Seguinte
--------------------------	-----------------------	----------------	------	--------------	---------------------------

Decomposição do Saldo em Numerário Para o Dia Seguinte

Em Dinheiro	3.703,82
Em Cheques e Vales Postais	0,00

O Tesoureiro


(António I. Nunes Costeira)

Conferi



O Presidente

(Joaquim Baptista)



SITUAÇÃO EMPRÉSTIMOS 2014

FINALIDADE (Objectivo / Programa)	Entidade Credora	Capital Inicial	Capital Utilizado	Capital Disponível
1- Remodelação do Largo da Varina - 2ª Fase		€ 69.831,71	€ 69.831,71	€ 0,00
2- Beneficiação da E.N. 109-5 (entre Estarreja e Esteiro)		€ 164.603,31	€ 164.603,31	€ 0,00
3- Remodelação e Ampliação da Escola nº. 1 da Murtosa	C.G.D	€ 304.266,71	€ 289.396,08	€ 14.870,63
4- Abastecimento de Água às Quintas do Norte(Exec.Obra)		€ 309.254,70	€ 309.254,70	€ 0,00
TOTAL		€ 847.956,43	€ 833.085,80	€ 14.870,63
1- Construção da Rede de Esgotos da Torreira 2ª Fase		€ 438.942,15	€ 438.942,15	€ 0,00
2- Zona industrial do Bunheiro - 2ª Fase(Aquis. Terrenos)	B.P.I	€ 159.615,33	€ 159.615,30	€ 0,00
3- Abastecimento de Água às Quintas do Norte(Exec.Obra)		€ 249.398,95	€ 249.398,95	€ 0,00
TOTAL		€ 847.956,43	€ 847.956,43	€ 0,00
TOTAL		€ 1.695.912,86	€ 1.681.042,23	€ 0,00

Capital Dívida 31/12/2013	Amortizações 2014	Capital em Dívida 2014
319.630,03	42.978,00	276.652,03
319.630,03	42.978,00	276.652,03
329.262,08	48.070,89	281.191,19
329.262,08	48.070,89	281.191,19
648.892,11	91.048,89	557.843,22


* Verba não utilizada pelo facto de não ter sido solicitado à instituição de crédito, durante o período previsto para a utilização do capital (período de carência- utilização de capital, com pagamento apenas de juros, não havendo lugar a amortização de capital). A instituição de crédito apenas permitia a Autarquia a utilização desta verba caso houvesse um ajustamento da taxa de juro, o que se concluiu não ser benéfico visto que daí resultaria um acréscimo de juros reportado a todo o empréstimo.

FINALIDADE (Objectivo / Programa)	Entidade Credora	Capital Inicial	Capital Utilizado	Capital Disponível
1- Construção Habitação Social na Torreira	B.P.I	€ 1.250.932,00	€ 1.197.350,68	€ 53.581,32
TOTAL		€ 1.666.596,09	€ 1.47.682,22	€ 1.518.913,87

Capital Dívida 31/12/2013	Amortizações 2014	Capital em Dívida 2014
€ 1.017.703,98	56.633,33	961.070,65
€ 1.666.596,09	€ 147.682,22	€ 1.518.913,87

Murtosa, 20 de novembro de 2014

A Trabalhadora,



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

QUADRO/RESUMO DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL - 2014

A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo

Até 19/11/2014		
Receita Corrente Cobrada Bruta	Despesa Corrente Faturada	Amortizações Médias Empréstimos MLP
5.453.407,20	3.568.763,64	166.441,27
Saldo	1.718.202,29	

[Handwritten mark]



Doc 6

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal
Exmo. Membros do Executivo
Exmos. Membros da Assembleia
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O Plano e o Orçamento para 2015, que hoje nos é apresentado, é revelador, antes de mais, do rigor que tem caracterizado a gestão deste Executivo Municipal, com os resultados que todos nós conhecemos, ao nível do desenvolvimento sustentável do nosso Concelho, aliado à reconhecida saúde das nossas contas públicas.

Com os documentos agora em análise, a Autarquia revela o propósito firme de dar continuidade à estratégia de racionalização dos recursos disponíveis, em particular no que às despesas correntes diz respeito, no sentido de, por via disso, aumentar, significativamente, a capacitação na intervenção noutras áreas relevantes.

Pragmático e Real são, pois, as palavras que melhor definem o Plano e Orçamento para o próximo ano. Perante a crescente escassez de recursos disponíveis, o Executivo Municipal apresenta uma visão criteriosa no planeamento da sua acção, merecendo particular relevância o evidente cuidado com o reforço do apoio social às famílias Murtoseiras, através de uma série de programas específicos.

Na vertente mais material, este plano acolhe, antes de mais, a continuidade das intervenções actualmente em curso, deixando a óbvia expectativa de que, na incorporação do saldo de gerência deste ano e na possibilidade do acolhimento de alguns fundos comunitários, possa o Executivo materializar uma série de investimentos de que o Município carece.

Assim sendo, este plano e orçamento terá, como é óbvio, o voto favorável da bancada do Partido Social Democrata.

José Alcides

Membro da bancada do PSD na Assembleia Municipal da Murtosa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão Ordinária de 27 de novembro de 2014

Deliberação em minuta

Ponto n.º 2 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de "Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal, Orçamento para 2015 e Atualização das Taxas Municipais" - deliberação de camarária de 30/10/2014;

Deliberação: APROVADO

Forma de votação:

Unanimidade: _____

Maioria: SIM

Com os votos favoráveis de: DA BANCADA DO PSD

DEZENOVE VOTOS

Com os votos contra de: BANCADA DO PS

QUATRO VOTOS

Com as abstenções de: JOÃO MANUEL MIRANDA

DO CUNHO DA BANCADA DO PS
E PAULO MIGUEL REZIMBES HARRIS
CEARENHA DA BANCADA PSD-PP

A Mesa:

Doc 7



Doc 8

Exmo. Senhor.

Presidente da Assembleia Municipal da Murtosa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Exmos. Membros da Assembleia Municipal

Exma. Vereação

Minhas Senhoras e Meus Senhores

FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (Ponto 3 da Ordem de Trabalhos)

1. Apreciada a deliberação camarária de 06.11.2014, estipulando a fixação das taxas ao abrigo do art.º 112º do CIMI, não podemos concordar com os quantitativos apresentados;
2. Na verdade, tendo a possibilidade de desagrar a tributação do património de um modo significativo, nomeadamente, após a realização da avaliação geral, a qual permitiu o ajustamento dos valores patrimoniais e, conseqüentemente, na generalidade, maior volume de matéria coletável, opta o executivo por uma tímida e defraudada redução no imposto em causa;
3. Bem sabemos que o IMI é uma das receitas do Município, permitindo a este, tal como refere o executivo, a “... *contínua intervenção na qualificação do nosso território ... e o reforço do apoio financeiro às famílias ...*”, esquece-se porém, é que os munícipes, no seu dia-a-dia, preocupam-se não com a bandeira da intervenção e obra feita, mas com a sua capacidade de cumprir com as suas obrigações, entre as quais, as de natureza fiscal e de valor considerável;
4. Todos os dias, reiteramos em geral, o empobrecimento das famílias, mas não cuidamos, quando podemos, quando temos o poder de decisão, de desonerar a sua carga fiscal, nem que para tal, talvez fosse necessário, justo e adequado, agravar em consciência e com ponderação, aqueles sujeitos passivos que geram

negócio e riqueza de uma maior dimensão e, conseqüentemente, com diversa capacidade financeira;

5. Quanto à majoração pretendida para aqueles imóveis que deverão ser objecto de requalificação, entendemos ser um pouco exagerada a sua fixação no limite máximo legalmente permitido, nomeadamente, atendendo a que o património imobiliário no nosso concelho, é constituído por um número considerável de imóveis propriedade de emigrantes, encontrando-se devolutos em 11 meses num ano, dificultando assim a sua permanente conservação;
6. Outrossim, para os prédios em ruínas, pese embora entendermos que deverá fixar-se um agravamento, somos de opinião que deveria aqui o executivo esforçar-se por uma eficaz fiscalização e instauração de procedimentos punitivos e tendentes à sua demolição;
7. Em face do exposto, ao abrigo do disposto na al. c) do n.º 1 do art.º 112º do CIMI, propomos a fixação da taxa em 0,3%.

Murtosa, 27 de novembro de 2014



(Hugo Silva Figueiredo)
Membro da A.M. Murtosa - PS



DOC 9
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão Ordinária de 27 de novembro de 2014

Deliberação em minuta

Ponto n.º 3 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de "Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis" - deliberação camarária de 06/11/2014;

Deliberação: Aprovado

Forma de votação:

Unanimidade: _____

Maioria: SIM

Com os votos favoráveis de: BANCADA DO PSD
DEZANOVE VOTOS

Com os votos contra de: BANCADA DO PS
CINCO VOTOS

Com as abstenções de: BANCADA DO CDS-PP
UM VOTO

A Mesa:

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão Ordinária de 27 de novembro de 2014

Deliberação em minuta

Ponto n.º 4 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de "Participação variável no IRS para o ano de 2016"

- deliberação camarária de 06/11/2014;

Deliberação: Aprovado

Forma de votação:

Unanimidade: _____

Maioria: SIM

Com os votos favoráveis de: Bancada do PSD, Deza
NOVE VOTOS e Vogel Angelina Figueiredo
Da Bancada PS/ UM VOTO

Com os votos contra de: Augusto Leite, e José
Cunha Da Bancada DO PS, Dois votos

Com as abstenções de: Hugo Figueiredo, Diamantino
Votos Da Bancada DO PS, Dois votos e
Paulo Horta Casinha Da Bancada
CDS-PP UM VOTO

A Mesa:

[Signature]
[Signature]

Doc 10

[Signature]



Doc 11

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão Ordinária de 27 de novembro de 2014

Deliberação em minuta

Ponto n.º 5 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de "Fixação da Derrama sobre o Lucro Tributável" - deliberação camarária de 06/11/2014;

Deliberação: APROVADO

Forma de votação:

Unanimidade: _____

Majoria: SIM

Com os votos favoráveis de: BANCADA DO PSD DEZA
NOVE VOTOS E BANCADA DO PS CINCO
VOTOS

Com os votos contra de: _____

Com as abstenções de: BANCADA DO CDS-PP
UM VOTO

A Mesa:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão Ordinária de 27 de novembro de 2014

Deliberação em minuta

Ponto n.º 6 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de "Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem" - deliberação camarária de 06/11/2014;

Deliberação: APROVADO

Forma de votação:

Unanimidade: Sim

Majoria: _____

Com os votos favoráveis de: _____

Com os votos contra de: _____

Com as abstenções de: _____

A Mesa:

[Signature]

[Signature]

[Signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão Ordinária de 27 de novembro de 2014

Deliberação em minuta

Doc 13

Ponto n.º 7 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de Repartição de Encargos do "Concurso Público para Execução da Empreitada de Ampliação do Cemitério da Murtosa" - deliberação camarária de 06/11/2014;

Deliberação: Aprovado

Forma de votação:

Unanimidade: _____

Maioria: Sim

Com os votos favoráveis de: Da bancada do PSD - Dezas - sete votos; da bancada do PS - três votos; da bancada do CDS/PP - um voto

Com os votos contra de: _____

Com as abstenções de: Do Vogal Augusto Leite da bancada do PS

A Mesa:

Doc 14



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão Ordinária de 27 de novembro de 2014

Deliberação em minuta

Ponto n.º 8 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de Repartição de Encargos do “Concurso Público para Execução da Empreitada de Construção da Casa do Pescador” - deliberação camarária de 06/11/2014;;

Deliberação: APROVADO

Forma de votação:

Unanimidade: Sim

Maioria: _____

Com os votos favoráveis de: _____

Com os votos contra de: _____

Com as abstenções de: _____

A Mesa:



Doc 15

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão Ordinária de 27 de novembro de 2014

Deliberação em minuta

Ponto n.º 9 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de “Regulamento Municipal da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentária Exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes no Município da Murtosa” - deliberação camarária de 06/11/2014

Deliberação: APROVADO

Forma de votação:

Unanimidade: _____

Maioria: SEM

Com os votos favoráveis de: BANCADA DO PSD DEZ
NOVE VOTOS BANCADA DO PS QUATRO
VOTOS, BANCADA DO CDS - PA UM VOTO

Com os votos contra de: _____

Com as abstenções de: AUGUSTO CEITE DA BANCA
DA DO PS UM VOTO

A Mesa:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão Ordinária de 27 de novembro de 2014

Deliberação em minuta

Ponto n.º 10 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de "Regulamento Municipal Sobre o Acesso, Exercício e Fiscalização de Atividades Diversas no Município da Murtosa" - deliberação camarária de 06/11/2014;

Deliberação: APROVADO

Forma de votação:

Unanimidade: SIM

Maioria: _____

Com os votos favoráveis de: _____

Com os votos contra de: _____

Com as abstenções de: _____

A Mesa:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Segunda reunião Sessão Ordinária de 27 de novembro de 2014,
realizada no dia 02 de dezembro 2014

Deliberação em minuta

Ponto n.º 11 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de "Regulamento de Atribuição de Apoio Municipal
ao Arrendamento Habitacional " - deliberação camarária de 20/11/2014;

Deliberação: APROVADO

Forma de votação:

Unanimidade: _____

Majoria: SIM

Com os votos favoráveis de: DA BANCADA DO P.S.D
DEZANOVE VOTOS

Com os votos contra de: _____

Com as abstenções de: DA BANCADA DO P.S. QUATRO
VOTOS.

A Mesa:

[Signature]
[Signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Segunda reunião Sessão Ordinária de 27 de novembro de 2014,
realizada no dia 02 de dezembro 2014

Deliberação em minuta

Ponto n.º 12 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de "Acordo de Execução de Delegação de Competências na Junta de Freguesia do Monte" - deliberação camarária de 20/11/2014;

Deliberação: Aprovado

Forma de votação:

Unanimidade: Sim

Maioria: _____

Com os votos favoráveis de: _____

Com os votos contra de: _____

Com as abstenções de: _____

A Mesa:

[Signature]
[Signature]